
Pauta: Quanto custa zerar o déficit da educação infantil em Porto Alegre

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): (10h08min) Estão abertos os trabalhos da presente reunião da Comissão de Economia, Finanças, Orçamento e do Mercosul. Bom dia a todos. Estamos com a nossa bancada completa aqui, os convidados, agradeço a presença de todos. Estamos começando a reunião da CEFOR, Comissão de Economia, Finanças e Orçamento, com a temática o Orçamento do Município de Porto Alegre para atender a carência das 6 mil vagas de creche de educação infantil.

Nós temos aqui a presença da Secretária Municipal de Educação, Sônia Maria Oliveira da Rosa; a Dra. Caroline Lengler, Procuradora Municipal; Dra. Juliana Bento Cucchiarelli, Procuradora Adjunta; o Secretário Mário Jaime Gomes de Lima; e temos o quórum da CEFOR, os Vereadores João Bosco Vaz e Aírto Ferronato, a Ver.^a Abigail, e da CECE, o Ver. Mauro Pinheiro.

Hoje é uma temática importante, tendo em vista que nós temos essa demanda de 6 mil vagas de creche no Município de Porto Alegre. Nós entendemos que é uma demanda que hoje tem tramitado muito pelos acordos judiciais e por isso que nós solicitamos a presença da Defensoria. Nós sabemos que já tem um acordo no Município que um certo número de vagas está tramitando de maneira de maneira mais rápida, e outras ainda são judicializados. A gente entende que tendo em face a necessidade de políticas públicas para atender esse horizonte das 6 mil vagas, é importante para nós, vereadores, que aqui estamos realmente pensando o futuro da cidade, entendermos como é que o jogo está sendo jogado, porque hoje quase 2 mil vagas são judicializadas, e deve estar numa base de 1.700, mais ou menos. Então nós temos vagas que hoje custam mais que a nossa rede conveniada, que o dia a dia que nós temos contratualizado com a rede conveniada. E nós aqui depois estaremos votando projetos aqui na Câmara, aprovando o Orçamento; nós recebemos a LOA e essa Comissão é responsável por receber o Orçamento do Município e aprová-lo e colocar emendas. Então tendo em vista que suprir as 6 mil vagas de creche de educação infantil no Município de Porto Alegre é uma demanda, além de executar é um esforço financeiro e compete à Comissão de Finanças entender onde está reconhecido

esse esforço financeiro, também nos balanços do Município e como a Defensoria vê esse horizonte também, tendo em vista que ela está diretamente conversando com a população. E há essa demanda de vagas acontecendo onde nós não temos ainda as escolas aptas a receber nossos alunos.

Nós entendemos que hoje nós estaremos falando num Orçamento de R\$ 60 milhões aproximadamente, anual, para suprir essa demanda das 6 mil vagas, e a gente gostaria de entender com os palestrantes como é a visão de cada um, diante dessa situação. Nós, depois, estaremos perguntando, só fiz uma abertura, entendendo um pouco mais de como é que cada um dos *players* aqui hoje presentes estão atuando. A gente sabe que a PGM, para cada vaga judicializada, tem um custo que envolve também os honorários judiciais, que a gente tem o Judiciário trabalhando. Então nós temos o acordo que já é via Defensoria que é mais rápido, que não tem os honorários, mas nós temos aquele pai que ainda vai na Justiça, isso onera o Município, além do custo da mensalidade com o custo judicial. Então a gente entender um pouco mais o panorama, como vereadores, nos coloca aptos a debater essa solução pública e essa política pública que hoje nós falamos de 6 mil vagas. E hoje, Ver. Mauro, é o Dia Mundial da Infância, e quando a gente traz a infância, a gente traz que a educação infantil há pouco tempo era visto como o local em que os filhos ficavam enquanto os pais iam trabalhar. E, cada vez mais, a gente vê que a educação infantil é o primeiro direito do pequeno cidadão, que é onde ele vai se desenvolver, vai se formar e vai ter todo o seu desenvolvimento cognitivo, e não depende mais só de o pai estar apto a trabalhar e sim de ele ter o direito facultado também perante o Estado de estar se formando como indivíduo. A gente entende o papel da escola na educação infantil, nesse processo, que, na época em que eu era criança, há 30 anos, não existia essa visão tão forte da educação, nesse sentido. Então nós sabemos hoje que daqui a pouco esse horizonte de 6 mil, nós podemos estar falando de mais 5 mil nos próximos 10 anos, porque, cada vez mais, os pais entendem que a educação infantil é um processo da educação e não mais um local só para a criança ficar para os pais irem trabalhar. Se a gente for pegar hoje, Ver. Robaina, dos 25% da população mais rica, mais de 50% dos seus filhos vão para escola na educação infantil; se a gente for pegar a 25% da

população mais pobre, a gente não coloca nem 25% na educação infantil. Então, quando a gente tiver, realmente, todos acessando da maneira igual a educação infantil, e dando a mesma valorização da educação infantil, eu imagino que Porto Alegre, ao suprir essas 6 mil, vão vir mais 3, 4 mil e cada vez mais a educação infantil vai ser vista como esse processo da primeira etapa do aprendizado. Por isso que a gente traz esse tema tão importante para a CEFOR, tendo em vista que mexe com o Orçamento, mexe com o horizonte de cidade, que a gente vai estar construindo para os próximos 5 ou 10 anos. A gente sabe que a taxa de natalidade diminui, mas o olhar para a educação infantil aumenta cada vez mais, perante o Estado, perante os pais. Eu sou uma mãe que levou os filhos desde pequenos à escola, entendendo que eu como mãe fazia um papel, mas a escola faz um outro muito importante na vida dos meus filhos.

A Sra. Sônia Maria Oliveira da Rosa, Secretária Municipal de Educação, está com a palavra.

SRA. SÔNIA MARIA OLIVEIRA DA ROSA: Bom dia, Ver.^a Mari, em teu nome cumprimento os demais vereadores, cumprimento a Defensoria, a Procuradoria, os secretários, e a plateia que está conosco. Acho que um tema bastante caro para a educação é a educação infantil. Nós sabemos e reconhecemos a importância da formação do sujeito desde o seu nascimento, quem dera nós podermos ter uma política tão contemplativa que cada mãe, já no hospital, recebesse a sua vaga na educação infantil. Hoje isso em Porto Alegre, não só em Porto Alegre, mas nas grandes capitais e regiões metropolitanas, é uma política bastante ainda difícil de atingir, dado o contexto populacional. Nós temos 6 mil, é verdade, 6 mil crianças de 0 a 3 anos fora da escola. Curitiba tem 10 mil crianças fora da escola; Recife atende apenas a 30% de criança de 0 a 3 anos. Só para explicar que esse é um contexto nacional, não é um privilégio do Estado do Rio Grande do Sul ou de Porto Alegre, mas de Brasil. É uma política que ainda precisa ser incrementada. Quando nós temos uma política educacional em que a maior fatia desse bolo ainda é utilizada no ensino superior, como é a nossa, há de se ter uma reorganização desse bolo orçamentário para a educação em que a educação infantil seja contemplada. E nós, e a Ver.^a Mari traz muito bem

aqui que não é apenas uma questão educacional – é sim –, mas também uma questão social, econômica, de as pessoas poderem subsidiar suas famílias. Então tem todo um contexto social, econômico e educacional que envolve sim o acesso dessas crianças à educação infantil.

Nós temos um Plano Nacional de Educação e, por decorrência, o Plano Municipal de Educação que é quase uma cópia do Nacional, que dizia que nós deveríamos, enquanto Município, cuidar da integralização da educação infantil dos 4 aos 5 anos e que de 0 a 3 nós teríamos uma meta, então, de 50% para atingirmos. As grandes capitais e regiões metropolitanas sequer a meta 1 conseguem atingir que seriam os 50%. A posteriori, no ano passado, nós acompanhamos também a decisão do Supremo Tribunal Federal indicando, então, que toda criança deveria estar na escola, e esse é o correto, que toda criança esteja na escola, realmente esse é um tema muito, muito caro, a educação. O que a Secretaria vem fazendo no sentido de solucionar ou minimizar esse impacto. Antes de falar sobre as políticas locais, eu acho que vale a pena ressaltar, eu estive na semana passada em Brasília e estivemos em reunião com o Ministério da Educação, com o Inep e com o FNDE, foi uma reunião bastante produtiva, pelo Conselho Nacional de Secretários das Capitais. Esse conselho nasce no ano passado e ainda se efetivará este ano documentalmente com o seu regimento próprio. A realidade das capitais é diferente das realidades de municípios menores em que essa meta é atingida, não só essa meta, mas tantas outras, de ensino médio, por exemplo, nós temos 30% no Rio Grande do Sul dos alunos fora da escola, e é uma obrigatoriedade. A educação básica vai até o ensino médio, então nós também precisamos dar conta. Este Conselho, ao se reunir com o Ministério da Educação, trouxe – até quero compartilhar aqui com a Dra. Andreia – dois pontos muito importantes: o primeiro deles é educação infantil e o segundo é a educação especial que não é um problema apenas, de novo, de Porto Alegre, mas de todas as grandes capitais, e como que se dá conta disso? Eu pedi a palavra, naquele momento, para falar aos secretários e também ao Ministério da Educação que nós já temos uma legislação robusta que endossa essas duas políticas, entretanto, o que falta é uma modelagem e também o fomento para que essas duas políticas realmente,

nas pontas, nas capitais, na cidade de região metropolitana possam ser contempladas. O Ministério da Educação nos ouviu com bastante afinco, existem quatro políticas bem importantes, como norte, para o Ministério da Educação e a educação infantil é um deles. Então, que bom que nós fomos ouvidos neste primeiro momento em que o Ministério está se reorganizando, e eu acredito, sim, que há de se ter, em breve, um fundamento importante para essas duas políticas, dado o reconhecimento do próprio MEC. Enquanto essas políticas não chegam, o que nós estamos fazendo? É importante dizer que, no ano passado nós investimos quase 200 milhões de reais em educação infantil e não há dinheiro para tudo, isso a gente vem dizendo. A de ser ter um planejamento a longo prazo, é verdade, para que todas essas crianças sejam contempladas, mas eu ainda espero que isso seja mais curto prazo com uma política nacional e que possa contemplar esta importante etapa de ensino que é a educação infantil.

O que nós estamos fazendo? Primeiro, concluindo as escolas inacabadas que são cinco do [FNDE](#), no nosso Município, que estavam paradas, nós estamos retomando essas escolas e que serão, praticamente, 1.500 novas vagas que a de se ter no Município. Eu acho que a Ver.^a Mari falou uma coisa muito importante que, por exemplo, com o advento da pandemia, nós, no ano passado, instituímos 2.083 novas vagas e nós já tivemos o reflexo da pandemia na inscrição dessas crianças nas escolas públicas de mais duas mil, ou seja, oferecemos duas mil no ano passado e tivemos a inscrição de mais duas mil novas vagas. São famílias que foram se descapitalizando com o efeito da pandemia e que, por óbvio, vão procurando a rede pública para colocar seus filhos. Outro dado importante a se dizer é que nós temos uma pesquisa em que, é verdade, nós não damos conta da educação infantil de 0 a 3 anos em Porto Alegre, mas a educação infantil de 0 a 3 que se faz em Porto Alegre tem aceitação de 78% da população em qualidade, isso também é importante ressaltar. Então, se faz uma boa política de educação infantil e a de se estender com as políticas, tanto nossas quanto do governo federal, em regime de colaboração.

Um outro ponto importante a ressaltar e agradecer à Câmara de Vereadores que aprovou a lei que permite a compra de vagas nas escolas privadas com fins

lucrativos, o edital está na rua. Nós tivemos no Congresso da Educação Infantil das escolas particulares, aproveitei para divulgar esse edital e está na mídia também, para que as escolas se insiram nesse processo e sejam colaboradores também desse acesso à educação infantil nosso Município.

Outra questão importante, e bem importante, é o regime de colaboração que está se fazendo com o Estado do Rio Grande do Sul aproveitando, em território, espaços públicos que nós temos. Se for na perspectiva de salas, a cessão de usos, para que a gente possa realmente a colocar a pré-escola, de 4 a 5 anos, neste contexto e aí também poder aproveitar esses espaços para as creches de 0 a 3 anos, um movimento bastante importante. Em alguns casos, inclusive com o Estado do Rio Grande do Sul, fazer a transferência de manutença, que é justamente toda a escola para o Município. Nós sabemos que em Porto Alegre a rede municipal é muito pequena, nós temos 98 escolas; Canoas, aqui pertinho, uma cidade bem menor, tem 85. Se nós formos olhar para o interior, também se repete o fenômeno. Em contrapartida, nós temos 240 escolas estaduais em Porto Alegre e 36% hoje do ensino fundamental no Estado do Rio Grande do Sul estão nas mãos do Estado, coisa que já se avançou em outros estados como Pernambuco, por exemplo, Recife e agora Sergipe que está no mesmo caminho, em que os municípios ficam com a educação infantil e o ensino fundamental e o Estado, então, apenas com o ensino médio, fazendo ensino médio de qualidade. Espero que nós avancemos nessa perspectiva.

Uma outra questão também que nós estamos tratando, junto com a Defensoria Pública, é o acordo extrajudicial, nós temos 600 vagas pelo acordo, o que também permite o acesso dessas crianças, 300 no ano passado e 300 este ano. Então nós estamos avançando, caminhando, sabemos que a pauta é delicada, importante, estamos testando todos os caminhos possíveis para diminuir. Nós temos mapeado os focos de maior número de crianças fora da escola e é justamente nesses focos que nós estamos trabalhando. Obrigada.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Acho que nós podemos passar, então, a palavra para PGM, antes de passar para Defensoria, para a gente entender um pouquinho mais de, hoje, quanto está o tíquete médio dessa vaga

que está judicializada e também entender o custo que nós temos no Município que oneram os cofres públicos dessa judicialização que deve tramitar via PGM. Depois passamos para a Dra. Andreia para nos explicar um pouco mais das demandas que vêm da comunidade. Não sei se os vereadores sabem, a Defensoria faz até mutirões, já fez na Restinga para conseguir conversar com os pais, então, faz um bom trabalho de estar próxima à população não só na própria sede da Defensoria, mas tem um time fazendo esse acolhimento das famílias.

SRA. JULIANA BENTO CUCCHIARELLI: Bom dia a todos, primeiro quero agradecer à vereadora pela oportunidade de estamos aqui, está aí a Dra. Caroline, eu, Procuradora Geral Adjunta da Área de Serviços Públicos; a Dra. Carol é a chefe da Procuradoria de Serviços Públicos, é quem atua diretamente nos processos relativos às demandas de serviços. A Procuradoria tem feito uma série de movimentos na busca justamente de diminuir as ações judiciais nas mais diversas áreas, em especial nesse período pós-pandemia, onde nós tivemos um aumento de demanda em todas as áreas sem o respectivo aumento de orçamento. E reforma tributária está aí para nos contemplar, o prefeito esteve recentemente tentando justamente fazer alguns ajustes, porque nós temos, como qualquer cidadão, ajustes financeiros são feitos quando o aumento demanda e a gente precisa saber quais são as políticas prioritárias. Então eu costumo dizer que a área da Educação tem sido uma, a área da Saúde, nós estamos permanentemente tentando buscar alternativas para diminuir ações e para aumentar o número de ofertas de serviços públicos, nessas duas áreas em especial, porque no período pós-pandemia tivemos, por óbvio, na educação infantil, as escolas particulares, onde as crianças não eram obrigadas a frequentar, tampouco o sistema *on-line* de aulas virtuais. Muitos pais optaram em retirar, então nós tivemos o impacto nas escolas privadas. Nós temos que entender também, apesar do acordo, depois acho que o secretário Mário vai poder falar com relação aos valores específicos, mas a Prefeitura, além do acordo via Defensoria Pública, também a busca de alternativas nas escolas privadas, nós ainda temos, em alguns casos, alguma dificuldade de buscar vaga nas escolas infantis privadas. Primeiro, porque nem sempre as escolas estão

dispostas a vender uma vaga para a rede pública, e infelizmente nós tivemos essa conversa lá com a Defensoria Pública na ocasião do acordo, e ainda existe, por parte de algumas escolas, não sei se um preconceito, não sei qual seria o termo correto, mas algumas escolas não estão aptas ou não concordam em receber algumas ofertas de demandas para a rede pública. Então são vários desafios, a Saúde Mental também no pós-pandemia teve um aumento significativo. A Prefeitura, através da Secretaria da Saúde, fez agora o edital para os novos residenciais terapêuticos que é outro grande desafio. Ou seja, veio uma enxurrada de demandas realmente significativa e nós, enquanto Procuradoria, temos tentado orientar os gestores de como buscar alternativas dentro dos limites orçamentários, impedindo as ações judiciais, porque, como disse bem a vereadora, esse é um momento de custo direto e indireto, as ações tanto com relação aos honorários, em função de determinadas demandas, quanto ao custo das próprias procuradorias especializadas que têm as suas atuações diárias com aumento significativo de processos. Nós temos procuradores, temos assistentes, temos uma estrutura toda que acaba sendo voltada para isso. Então, acho que temos vários desafios hoje. Nós temos, sim, em média de 1.800 ações. Claro que nos dois anos de 2021 e 2022, principalmente em 2020 e 2021, tivemos um número muito baixo de ações e, na pós-pandemia, esse número realmente veio e nós temos uma média de 300 a 400 ações nos dois anos pandêmicos e, a partir de 2002 tivemos 1.064 ações. Triplicou em um ano. Então nós buscamos, através de uma orientação do prefeito, da Secretaria de Educação, a Defensoria Pública, conversamos com outros órgãos de controle, o Poder Judiciário e Ministério Público, em várias ações para tentar buscar essas alternativas. Então, às vezes, a gente vê nessas matérias os alunos da rede pública ganhando premiações, a gente tem as pautas positivas também, os números de monitores, a exigência do número de monitores em escolas, acho que nunca contratamos tantos. Temos feito um esforço para atender as demandas individuais sem esquecer das demandas coletivas. Então é um desafio permanente. Eu acredito que a contratação de vagas em escolas privadas é um desafio, e a gente, na reunião com a Defensoria, o prefeito também conversou com os proprietários de algumas escolas, em momentos posteriores, para entenderem o momento de

solidariedade, onde todos teríamos que tentar avançar um pouquinho, de que maneira o poder público poderia ser parceiro dessas escolas nas dificuldades que tiveram, no pós-pandemia, para retornar o número de alunos. Muitas escolas trouxeram um número significativo de redução de valores. Então a Procuradoria tem tentado dar esse respaldo junto à Secretaria, porque eu costumo dizer, a gente dá o apoio para fazer a gestão para o aumento da demanda do serviço, porque, se não houver isso, aumenta a demanda judicial. Onde a gestão não dá o pé, a gente acaba tendo que dar a mão. Então com relação ao papel da Procuradoria, é esse. Nós temos um desafio enorme aqui com a Defensoria de fazer uma nova roda de conversas, tão logo nós tenhamos um patamar elevado, porque esses dois meses iniciais de 2023 trouxeram um número significativo do planejamento, para 2023, de demandas. Então acho que a gente vai ter que sentar e a gente tem feito isso, a gente tem sentado com a Defensoria Pública, com o Ministério Público e o prefeito tem buscado alternativas orçamentárias para tentar, dentro do orçamento existente, não deixar a situação agravar, pelo contrário, acho que a gente está conseguindo minimizar, mas a demanda está vindo muito forte. Então, acho que é um desafio permanente. Não sei se o secretário Mário, com relação aos valores pontuais, porque as demandas, quando elas vêm judicial, elas são encaminhadas à SMED, e a SMED tem um procedimento próprio de encaminhamento.

SR. MÁRIO DE LIMA: Bom dia, Ver.^a Mari, através da senhora eu cumprimento todos os vereadores, todos os colegas do governo, a Defensoria, também cumprimento todos os presentes hoje aqui nesta reunião da CEFOR. Bom, o problema do atendimento de crianças, através de creches ou pré-escola, a chamada educação infantil, parte de três premissas básicas: a clareza da restrição orçamentária, a segunda é a regionalização e a terceira é a governança disso. Então a governança parte do pressuposto de que é necessário, e é o que a gente está fazendo aqui, discutir uma pauta importante que é necessário encaminhar todas as crianças do Município para vagas da educação infantil. Disso não temos dúvidas, nós todos concordamos neste aspecto. O segundo elemento bastante importante que nós devemos levar em observação aqui e em

consideração é a clareza da restrição orçamentária. Então anualmente o governo, seja qual for, encaminha uma peça orçamentária com despesas fixadas a partir de uma receita estimada. Então nós temos restrição orçamentária, o dinheiro não é infinito. E normalmente os governos responsáveis, quase todos, pelo menos no que diz respeito ao orçamento eles são, encaminham esse orçamento com base numa sociologia fiscal, tentando trazer um equilíbrio naqueles aspectos que garantem o atendimento de todas as áreas. Então, por exemplo hoje, se nós atualizarmos o valor para colocar todas as crianças na educação infantil, nós estaríamos num valor aproximadamente de R\$ 84 milhões a mais. Isso equivale a 2/3 do valor do contrato do serviço de coleta de lixo em Porto Alegre. Então, por exemplo, hoje nós poderíamos escolher em encaminhar o orçamento para a Câmara para os vereadores decidirem que nós não vamos coletar lixo em Porto Alegre e vamos colocar todas as crianças dentro da escola. Hoje o custo é de R\$ 84 milhões. Hoje o valor médio que nós estamos pagando, num acordo com a Defensoria, é valor de exatamente de R\$ 1.074,00, em torno de R\$ 1.080,00, e a mediana que é aquele valor mais próximo do meio, digamos assim, dos valores que nós temos pago, é no valor de R\$ 1.054,00. Então são valores bastante consideráveis, são valores parecidos com o que nós pagamos para a rede conveniada. Hoje nós estamos em torno de R\$ 1.120,00 para a rede conveniada que tem um tamanho inferior para ter uma garantia de manutenção dos seus custos para atendimento para atendimento de 12 horas. Ao mesmo tempo, além desse problema de governança e um problema de clareza de restrição orçamentária, nós também temos um problema de regionalização. Tem muitos locais em Porto Alegre que não têm mercado para o atendimento dessas vagas, não têm equipamento público. Mesmo que o setor público queira colocar lá uma escola conveniada, não tem prédios adequados para isso. Esse é um problema de regionalização que nós estamos tentando construir. Uma dessas alternativas é o acordo que nós fizemos com a Unesco, que parte da premissa de resolver o problema da construção de escolas inacabadas. Mas isso também vai gerar um custo, após elas serem acabadas, de 1.200 crianças, isso é um impacto em torno de R\$ 14 milhões nos cofres públicos, ou seja, não tem como criar esses R\$ 14 milhões. Nós, provavelmente, vamos ter que fazer escolhas

para fazer frente a essa política. Hoje, a meu ver, como economista, eu não acredito numa solução para a educação infantil em Porto Alegre que não seja com recurso de terceiros, ou seja, uma política que envolva algum tipo de empréstimo, algum tipo de financiamento. Hoje nós até chegamos em cima da hora, porque estávamos numa reunião com o BID, tratando de financiamento de PPPs, e vamos passar mais dois dias discutindo isso. Nós fomos a São Paulo e BH para aprendermos um pouco do modelo. O modelo é bastante impactante, vendo as crianças muito bem atendidas, os professores felizes, os diretores fazendo falas bastante positivas em relação aos modelos adotados. É realmente incrível o que eu pude presenciar e ver lá. Com os recursos próprios do Município nós estamos fazendo muitos avanços. Nós colocamos, desde o início do governo, quase três mil vagas. Não acredito que algum outro governo tenha colocado tantas vagas com os recursos disponibilizados até então. Nós também temos uma previsão de colocarmos mais vagas no Município este ano, em torno de 1.500 vagas. Claro, isso é uma previsão, isso não é uma promessa, é uma previsão, até porque sou um economista, não consigo fazer promessa, eu trabalho com expectativa e estimativa. Então, existe essa previsão de colocar mais 1.500 vagas, dentre elas, essas vagas junto ao acordo. Nós só temos o acordo, porque a gente sabe que nós não vamos conseguir colocar todas as vagas necessárias de uma hora para outra, então, nós temos justamente a necessidade de um acordo com a Defensoria, nós temos necessidade de encontrar outras alternativas que não aquelas colocadas somente dentro do orçamento público de Porto Alegre, por quê? Porque a carência do serviço público é grande em todas as áreas. Essa, obviamente, é mais impactante, porque são crianças, são o futuro da cidade. Hoje Porto Alegre é a capital, é a melhor cidade do Brasil para fazer negócio, e a gente tem que preparar as nossas crianças não só como bons cidadãos, mas também como capital humano. Não basta sermos a melhor cidade de Porto Alegre para importar mão de obra para o Município. Nós temos que preparar as nossas crianças, para que elas possam aproveitar as oportunidades que a cidade tem criado nos últimos anos. Era essa é minha fala.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Muito obrigada, secretário. A Sra. Andréia está com a palavra.

SRA. ANDRÉIA PAZ RODRIGUES: Um bom dia a todos e a todas, meus cumprimentos à Ver.^a Mari, aos demais vereadores da Casa, à nossa Ver.^a Abigail. Vocês duas eu citei, porque nós estamos no mês da mulher, e como é importante estarmos aqui com duas mulheres potentes nos representando na Câmara de Vereadores. E aqui com essas três também, igualmente mulheres poderosas e que podem fazer a diferença na vida de muitas crianças de Porto Alegre. Senhoras e senhores, a Defensoria Pública tem uma grande demanda nessa área da educação infantil e já é de bastante tempo. Eu estou em Porto Alegre desde 2017. Em 2018, eu e o colega Tito entramos com uma ação civil pública contra o município de Porto Alegre, para garantir esse direito. Aliás, aqui a gente não precisa nem falar sobre isso, porque todo o mundo já sabe que é um direito. Nós já temos, inclusive, uma decisão do [STF](#), a nossa secretária falou recentemente sobre isso: então, não existe mais nenhuma divergência com relação a se é, ou se não é direito, é direito e ponto. O que é que a Defensoria vem fazendo desde 2018 até agora? Nós, antes de ingressar com ação civil pública, sempre tentamos resolver as questões de forma extrajudicial. E este é o nosso grande objetivo: tentar resolver as questões sem precisar entrar na justiça, porque a gente sabe que, entrando na justiça, nós temos um custo a mais. Nós temos honorários advocatícios, nós temos as multas, que são multas que o juiz fixa nos processos, e nós temos o próprio custo do processo, porque o processo também tem um custo. Com a resolução, com o acordo, nós reduzimos o custo e conseguimos a vaga de forma mais rápida, porque o que nós precisamos é resolver aquela vaga para aquela família. Essa vaga não é só o direito à educação, ela também carrega outros direitos: o direito à alimentação, que eu posso citar aqui, por nós atendemos famílias em situação de vulnerabilidade social e percebemos nos atendimentos o quanto a alimentação impacta diretamente naquela família. Eu falei recentemente com a merendeira de uma escola pública, e ela me relatava que, na segunda-feira pela manhã, eles têm que dar uma alimentação reforçada para as crianças, e, na sexta-feira, no

meio da tarde, eles fornecem uma janta com comida de verdade, porque as crianças sabem que vão passar o final de semana em casa sem alimentação. Isso é a realidade das famílias que nós atendemos, é uma questão de precariedade, de falta de alimentação, de falta de cuidados, inclusive, porque muitas famílias realmente não têm com quem deixar as crianças, para poder ir trabalhar. Essas mães, muitas vezes, precisam estar trabalhando, porque elas realmente não têm como sobreviver sem essa renda. Muitas são mães solas, muitas são vítimas de violência. Esta semana, eu falei com uma colega que trabalha com violência doméstica, ela me pediu para atender a três famílias que estavam numa situação muito precária, com as mães sem trabalhar, porque elas não tinham com quem deixar as crianças. Elas eram vítimas de violência, portanto, estavam fora daquela situação, elas não tinham que sustentasse. Também não queriam pedir pensão, porque não queriam nenhuma relação com o pai das crianças, então, é uma situação bem complicada. Essas mães pediram vaga na SMED e também não conseguiram. Foi, inclusive, pedido no processo judicial, a juíza encaminhou ofício, e não conseguiram nem pelo processo judicial de violência doméstica. Nós tratamos com questões muito sensíveis, com famílias muito vulneráveis. Por isso nós, desde então, desde 2017, vimos tentando resolver as questões de forma extrajudicial. Fizemos várias reuniões nas gestões anteriores com a secretária Sônia, nós nunca tínhamos conseguido fazer o acordo, até que conseguimos o ano passado, o que foi um grande avanço nessas tratativas extrajudiciais. E nós estamos, desde então, encaminhando, a gente não tem mais entrado com processos desde agosto de 2022. No ano passado, nós conseguimos resolver 300 vagas; este ano nós fizemos um acordo, no dia 8 de fevereiro, e do dia 8 até ontem nós encaminhamos cerca de 200 pedidos e temos 25 já reservados – de famílias que a gente já atendeu, mas que faltou algum documento. Então temos hoje, das 300 vagas que são do acordo, 225 já comprometidas; amanhã nós teremos um mutirão na Vila Cruzeiro, que será das 10h até as 17h30min, temos a expectativa de atender muitas famílias com pedidos de vagas em creche, além de outros pedidos de saúde, de consumidor, enfim, mas a grande demanda da Vila Cruzeiro é de vagas em creche. Nós estamos fazendo a nossa parte, e a gente sabe o quanto é

importante para essas famílias, sabe que a Secretaria tem essa noção, esse conhecimento de quanto é importante que essas políticas públicas sejam de fato efetivadas para essas famílias.

É importante também ressaltar o regime de colaboração, que eu acho que vai ser um outro passo importante para que a gente possa de fato tirar a lei do papel e colocá-la em prática, porque nós temos também muitas questões, a lei é muito protetiva, as nossas leis são as mais protetivas do mundo, nós somos referência em leis, só que a gente sabe que a gente não consegue ainda colocá-las na prática. Nós assinamos, junto com a Defensoria, junto com o Poder Judiciário, a SMED e várias entidades e órgãos aqui do Estado, o [Pacto Nacional pela Primeira Infância](#), e esse instrumento visa garantir a efetivação desses direitos. Além disso, nós temos uma ação civil pública que a gente ajuizou na semana passada, que a Defensoria Pública tentou resolver de forma extrajudicial e a gente não conseguiu acordar com a SMED, com relação à questão dos monitores escolares. Essa ação visa os monitores escolares, o transporte inclusivo das crianças atípicas – que são aquelas crianças com deficiência, crianças com TEA e as crianças com altas habilidades –, porque a gente sabe que essas crianças precisam de acompanhamento na sala de aula e nós estamos ajuizando, desde então, muitas ações individuais. No ano passado a gente fez um levantamento, havia mais 90 ações em andamento para garantir monitores escolares, então a gente tentou resolver isso de forma coletiva com acordos ou agora através da ação civil pública. Além disso, nós pedimos, nessa ação civil pública, que os profissionais que trabalham na escola, além dos monitores e professores de educação especial, que eles sejam capacitados não somente aqueles que trabalham diretamente com as crianças, mas aqueles que trabalham na escola – merendeiro, a pessoa que trabalha na portaria, a recepcionista, enfim, todas as pessoas, inclusive terceirizados, pessoas da limpeza também – que sejam capacitados para atender as crianças de uma forma melhor, de forma mais acolhedora. Também pedimos mais profissionais da educação inclusiva para as escolas públicas, para que atendam nas salas de recursos, porque a gente sabe que tem poucos profissionais que atendem essas crianças. Fizemos um levantamento com a SMED e verificamos que há hoje em

Porto Alegre cerca de um monitor para cada seis a sete crianças atípicas e nós temos salas de recursos com 25 crianças para cada profissional. Por causa disso nós ingressamos na justiça, para resolver também essa questão. Estamos abertos a eventual acordo, a gente nunca fechou essa possibilidade, já informo isso.

Seria basicamente isso para falar hoje, qualquer coisa estou à disposição, ficamos sempre à disposição da comunidade, dos vereadores da Casa, se quiserem nos encaminhar alguns casos a gente pode resolver pela Defensoria Pública. Obrigada.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Muito obrigada, eu acho que nós vamos passar para os vereadores fazerem as devidas colocações e perguntas. Nós temos primeiro o Ver. Airto Ferronato.

VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB): Primeiro quero saudar nossa presidente Mari, todos os presentes, os vereadores e nossos ilustres visitantes. Quero dizer que o tema hoje deu uma extraordinária relevância, portanto a minha crítica ao Ver. Bosco, que já, de plano, definiu o tempo! Vamos seguir o tempo, só carinhosamente dizendo!

A primeira questão é que a escola pública é um direito. Ouvi perfeitamente bem o que foi colocado aí. Agora, nós aqui acompanhamos – sei que vocês também – a angústia dos pais e das mães quando não conseguem uma vaga. E o brasileiro, o porto-alegrense não foge disso, compreende o vereador e a vereador como todo-poderosos, que resolvem tudo, que conseguem tudo e que mandam. E isso não acontece – e não pode acontecer mesmo –, pois depende da, vamos assim, estrutura que o Executivo apresenta, compreendemos isso, e eu bastante bem. Nós temos o dilema da necessidade dos pais, essencialmente pais, muito mais as mães sozinhas. Então uma primeira pergunta: uma criança de 4 a 6 anos, todas já estão atendidas nas escolas infantis? Esta é uma pergunta. A outra: estou aqui desde 1989, e antes disso nós tínhamos em Porto Alegre a associação comunitária – na década de 1980 –, com uma atuação brilhante e intensa, e aquelas associações tinham a creche, eram elas que

forneciam a creche; quando surgiu a ideia belíssima de que é o Município que assume esse papel, Porto Alegre deu um exemplo para o País, conveniando creches, entre aspas, escolas infantis, com quem? Com as entidades que já existiam. Foi um avanço importantíssimo, foi uma das primeiras capitais que atendeu imediatamente um volume bastante grande de crianças. Muito bem, feito isso, nós estamos hoje, e hoje temos necessidade de vagas, milhares. Nós vemos, secretário e secretária, de que, na verdade, o Município tem, sim, suas dificuldades, não vai dispor de acréscimo significativo de vaga em pouco tempo. A própria estrutura financeira do Município não vai atender isso, as nossas conveniadas também não. Eu recebi, há pouco tempo, uma escola oferecendo – já vem há um tempo negociando isso – 40 vagas, uma coisa assim. Então, essas escolas conveniadas não tem uma grande capacidade de aumentar, com rapidez, vagas.

A compra de vagas – nós estamos aqui vendo que o cidadão tem aversão pela escola pública, o porto-alegrense, desde uma classe bem pequena, tem o sonho da escola particular, tem aversão pela escola pública e principalmente pelo aluno de escola pública. Eu venho de escola pública, meu filho se formou em escola pública, fez vestibular, passou, para vocês terem uma ideia ele está trabalhando em Abu Dhabi, nos Emirados Árabes, a convite deles, por quê? Pela qualidade da escola pública – escola pública! E brasileiro precisa compreender a importância da escola pública, mas, como nós temos dificuldade na Prefeitura, dificuldade da conveniada, em oferta de vagas, a escola privada, com essa resistência, quase não querendo oferecer, nós temos aquele caminho que tu me trazes, meu grande secretário, do financiamento por terceiros. O que se diz? “Procura a Defensoria.” – é isso que se ouve por aí. A minha primeira pergunta: se nós temos as vagas completas de 4 a 6 anos? E a segunda pergunta: como funcionaria esse funcionamento por terceiros? É isso, agradeço a atenção de todos, bom estar aqui com vocês. Obrigado.

VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB): Bom dia, vereadores e vereadoras, Ver.^a Mari; bom dia a todos os presentes, nossas convidadas e convidados. Esse tema, de verdade, secretária Sônia, é um tema muito caro. É muito caro para

quem? – é a primeira pergunta, porque, na sua fala, eu entendi que é muito para o gestor, eu diria o contrário: tem sido muito caro para a nossa população. E eu fico me perguntando, por vezes, como uma cidade – nós primamos pelo seu desenvolvimento – pode se desenvolver, quando metade da sua população está fora do mercado de trabalho, impedidas de exercer o seu trabalho para o seu sustento e da sua prole? Porque não tem equipamento social que acolha. É Dia Mundial da Infância, eu diria que as nossas crianças estão sendo impedidas de viver a sua infância, quando – inclusive a Dra. Andreia nos traz esse dado – não é só o acolhimento na creche, é a comida. Esse é um dado que cala fundo, gente, muito fundo! Nós estamos impedindo que as nossas crianças exerçam a infância. Nós estamos impedindo que as mulheres possam trabalhar, de forma tranquila, porque hoje as mulheres que conseguem emprego deixam seus filhos ora com uma avó, que, por vezes, não tem nem condição de pegar uma criança no colo, ora com vizinhos, ora com estranho, ou deixam sozinhos, uma de 7 anos cuidando do de 5 anos, do de 2 anos. Então é um tema muito caro de verdade. Eu entendo também que se coloca parâmetros de outros Estados que, por vezes, tem um déficit maior do que o nosso. Eu queria que a senhora trouxesse os parâmetros das capitais que têm índices melhores do que os nossos, porque isso não nos contenta. É um problema nacional? Sim, lógico que é! Mas acho que cabe a nós aqui buscarmos soluções.

Eu estive na Secretaria Municipal de Educação – SMED, fui recebida pelo Mário, pelas adjuntas, enfim. Eu estive na Defensoria também. Eu quero me solidarizar com a Defensoria, porque a Defensoria tem feito um trabalho maravilhoso. E já começa a chegar assim: “Precisa de creche? Vai na Defensoria.” É isso, tu não vais na creche, tu não vais na Prefeitura, na SMED, não, tu vais na Defensoria, e não vem mais aos vereadores também, entendeu? É ali, não é só porque é de graça, é porque tem resolutividade – essa é questão, gente! É isso! Vai vir aqui pedir creche para mim? Eu não tenho como dar a creche. Vai na SMED, a SMED não tem, vai aonde? Defensoria, porque dá resolutividade – essa que é a questão, gente! Então, eu quero me solidarizar, porque é um trabalho maravilhoso que tem que sido feito – maravilhoso! Busca parcerias, busca se relacionar e criar condições, junto à Prefeitura, junto aos vereadores, junto ao

Judiciário, junto à população, quando sentes que é sensível. A defensora Andreia nos relata aqui esse caso dessas três famílias, com violência doméstica, inclusive, com uma situação de vulnerabilidade ao extremo, quer dizer, tu percebes, na própria fala, a sua sensibilidade social – eu acho que estamos precisando um pouco disso. Ajuda-me, vereador, que é mais sensível aos números, eu sou psicopedagoga de formação, os números é contigo. Quando a secretária nos traz este dado: em 2022, foram quase R\$ 200 milhões investidos em educação infantil – isso resultou em quantas vagas objetivamente?

SRA. SÔNIA MARIA OLIVEIRA DA ROSA: Os R\$ 200 milhões são para todo o contrato da conveniada.

VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB): Não me ficou claro.

SRA. SÔNIA MARIA OLIVEIRA DA ROSA: São as 28 mil vagas que nós temos na rede conveniada.

VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB): Os R\$ 200 milhões foram investidos em 28 mil vagas de educação infantil ou creche e pré-escola. Eu gostaria de ter inclusive uma divisão, assim, do que é que está sendo atendido. A mim me parece – é empírico – que a educação infantil, digamos, está conseguindo ser melhor atendida do que o déficit de creche. Parece-me, mas é bem empírico mesmo, não tenho dados, não vi ainda dados em relação a isso. Eu sempre aprendi que o governo também é, ou essencialmente é, escolhas. Escolhas. São decisões de escolha política, onde vai investir o que tem, onde vai buscar parcerias, como vai buscar as parcerias para solucionar. Eu fico angustiada em ouvir um quadro que, sim, é o quadro da dor, gente! É o quadro da dor! Mas isso eu já sei. Eu quero saber assim, está bom, mas qual é o plano mesmo? O Mário nos diz aqui que a previsão para este ano é de cerca de 1.500 vagas para um déficit, aspas, de seis mil e pouco. Aspas eu coloco porque 6 mil são as registradas que foram à procura. Nós temos inúmeras famílias que sequer vão procurar porque já sabem, pois a imprensa está dizendo todo dia que não tem,

que não tem, que não tem vaga. A família não tem nem dinheiro para pagar um ônibus para ir lá na creche ver se tem vaga; ou vir até a SMED ver se tem vaga. Não tem como ir procurar. Então, deixam lá as crianças sozinhas, ou aquilo que todos os nossos olhos veem, que é, em qualquer sinaleira, as crianças pedindo esmola para comer. E o melhor lugar para uma criança estar é dentro da escola. Eu gostaria de bradar que o melhor lugar de Porto Alegres é nas escolas. Quando tu me trazes, Sônia, esse dado de que 78% – uma pesquisa que provavelmente a SMED realizou – aprovam as escolas infantis, eu diria que é quase 100%. Acho que essa pesquisa falhou. Penso que é quase 100%. Porque se eu tenho a possibilidade de ter vaga para deixar o meu filho gente, parabéns! Eu vou aprovar isso! E vou dizer: que maravilha! Porque antes ele estava lá sendo cuida do pelo irmãozinho, ou ele estava em casa sozinho! Sozinho! Ou com uma pessoa estranha. É lógico que esse dado é bom. Que coisa boa, Sônia, tu trazes esse dado. É bem positivo. Parabéns! Mas eu gostaria que trouxessem mais dados assim positivos, digamos. Porque nós, na CEFOR, enquanto vereadores, eu entendo, Ferronato, porque é isso, quando a demanda chega, a gente: E aí? E agora? Agora, enquanto CEFOR, Ver.^a Mari, eu quero, aqui, disputar o orçamento. Eu quero disputar esse orçamento da Prefeitura. Quanto está indo par cá e quanto está indo para lá. Eu quero disputar isso aqui na CEFOR! Para o que é mesmo que o orçamento da Prefeitura serve? Investir R\$ 15 milhões em publicidade? Bacana. Acho que precisa fazer publicidade, especialmente aquela que é educativa. Eu estou disputando isso. Eu quero que tenha publicidade com relação à violência contra a mulher. Então, vamos lá: publicidade; não a publicidade já às vésperas de eleições. Vamos lá! A gente está de olho. Estamos numa disputa política? Óbvio! O que estamos fazendo aqui? Somos todos políticos. E a política que a gente defende aqui é assim: uma cidade melhor, uma cidade que inclua as mulheres. E para incluir as mulheres, tem que ser creche. Por que é isso, gente; eu, às vezes, pergunto e olho para os meus companheiros homens, fico pensando: onde será que estão os filhos deles? Com quem estão? Porque a gente, às vezes, tem que trazer o filho debaixo do braço para a atividade. Porque a sociedade assim atribuiu a nós, mulheres, sermos as cuidadoras.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: (Manifestação fora do microfone.)

VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB): É, né? (Risadas.) Eu tenho os netos já, pequenininhos, em idade de creche. Mas é isso, essa é a realidade, não é para os homens nossos só, das nossas relações aqui; são os homens no geral. Porque é isso, são as mulheres as cuidadoras. É a mulher que tem que pensar com quem ela vai deixar para poder voltar ao mercado de trabalho. É isso, gente. Quero saudar essa ação civil pública que dá conta de uma outra situação muito deficitária, que é o atendimento especial, é o atendimento aos autistas, ao déficit de atenção, onde a gente sabe que há uma carência muito grande. Eu nem vou entrar, secretária Sônia, no debate das merendeiras, das terceirizações, porque o debate, hoje, no Rio Grande do Sul, acerca das terceirizações está muito em voga; muito. Porque quando se discutia, lá atrás, que terceirização na atividade-meio ainda se tolerava; mas na atividade-fim, jamais! E aí a prova do que terceirização sinal de igual a precarização. Quando não é escravidão. Exatamente! Então, isso nos preocupa muito. Eu acho que nós devíamos avançar no sentido de discutir para além de um diagnóstico, digamos, que foi aqui apresentado, que a gente pudesse avançar, Ver.^a Mari, para uma próxima reunião em que a gente possa discutir a busca de soluções. O que fazer? O que fazer? Porque o diagnóstico a gente tem, todos temos, alguns em pedaços, acho que vocês trouxeram números interessantes, ações. Eu acho, Mário, que quando você elenca essas três questões de clareza, de regionalização, de governança, penso que a clareza do problema a gente tem, da situação, da demanda. Do ponto de vista da regionalização, também a gente tem, os dados; embora censos atrasados, embora... Quando a gente vai olhar e nós estamos discutindo também o Plano Diretor, e a gente olha para a cidade: “Oi? Cadê as creches desse Plano Diretor? Onde estão esses equipamentos sociais são importantes?” E a gente vê que são diminutas. Eu acho que está precisando de mais governança. Desculpa aí. Obrigada.

VEREADOR JOÃO BOSCO VAZ (PDT): O que ela propôs para um próximo encontro, que seja um encontro, Presidente, conjunto com a CECE. Porque tem

que ser oficial, conjunto. O Presidente só foi convidado para estar aqui, tem que ter conjunto, todos os vereadores da CECE junto. Está bem? Fica registrado.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Com certeza, deixamos, sim, registrado. O Ver. Jonas Reis está com a palavra.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Obrigado, Ver.^a Mari, também pelo convite para estar aqui, quero dizer da importância desta pauta, acho que a CEFOR tem muito a contribuir. Eu acho que tem algumas coisas que os secretários do governo Melo não combinam entre eles. No início deste ano, o secretário Fantinel, da Fazenda, falou que tinha superávit de R\$ 516 milhões; e aqui eu acabei de ouvir a SMED, que usou a seguinte frase: “Restrição orçamentária”, como restrição orçamentária? Como que tem criança hoje, na cidade, procurando uma vaga, famílias procurando uma vaga numa creche, e a gente tem que aguardar a Defensoria entrar na justiça, sendo que o dinheiro está no caixa da Prefeitura – está gerando juros. Agora, quem está tendo prejuízo é a criança, porque passa o tempo. Eu sempre digo que é educação infantil, passa muito rápido e ela é fundamental. Países que investiram bem na educação infantil; a Coreia investiu bem, paga bem o professor de educação infantil, lá tem um desenvolvimento educacional fantástico. A gente precisa se inspirar nos bons modelos. Não basta dizer que o privado funciona – não basta dizer. Por que o público está tão abandonado? Por que nós temos escolas que precisam de obras? Por que nós estamos em março e ainda tem ausência de RH? Por que as pessoas continuam buscando vagas tendo um Plano Municipal de Educação, de 2015, previsto; Plano Nacional previsto? Por que nós estamos dizendo que tem restrição orçamentária se o prefeito foi até Brasília pedir para protelar o investimento de dinheiro de dois anos de pandemia? Cento e setenta e seis milhões foi o que apareceu nos jornais, onde está esse dinheiro? Esse é um questionamento. Também se falou aqui que tem uma dificuldade de regionalização, como assim? Que não tem prédios adequados para a educação infantil; tem que construir, tem que construir escola, o governo precisa construir escola. O compromisso da educação, gente, não é porque eu sou da educação, mas a mola propulsora da

sociedade é um processo educacional robusto. Países que investiram nisso, vereadores, tiveram desenvolvimento econômico exemplar. Vocês vão para os Estados Unidos, lá tem escola; nós vamos para Europa, os filhos estão nas escolas; e, aqui no Brasil? Estão nas sinaleiras, estão nas esquinas. Vai num bairro popular, como a Restinga, tu vais ver quantas crianças estão na rua porque não se investe numa escola de tempo integral. Então, acho que, mais do que criar as vagas na educação infantil, nós precisamos de uma educação infantil com uma qualidade diferenciada. Eu não acredito muito que a solução da compra de vagas, no longo prazo, seja positiva para SMED como mantenedora, por quê? Porque tu não tens como verificar uma qualidade equânime em todas as instituições. Para isso, tu precisas ter uma rede própria, ou investir, Ver. Mauro, na rede conveniada com robustez, aumentando os repasses para eles. Hoje nós temos, na educação conveniada, professoras que não recebem o piso salarial e fazem educação de qualidade. E nós temos hoje pessoas que querem conveniar instituições, e tem uma burocratização da Prefeitura; tem que desburocratizar, quem quer conveniar tem que conveniar, quer oferecer 30 vagas, 100 vagas, acho que a gente tem que criar um acordo entre Câmara e Governo para resolver isso. Então, eu saúdo essa proposta, Ver. Bosco, de a gente reunir, conversar, botar num papel o que nós queremos fazer, neste ano, como Câmara de Vereadores. Quantas vagas nós queremos que aconteçam. Bom, os vereadores, eu, com certeza os da CECE, os da CEFOR, vão se somar nessa batalha, Ver.^a Mari. E quero dizer que o problema da educação não é um problema de um governo só, é de muitos governos. Agora, a gente não pode viver da pantomima na política; na política a gente precisa ter dados concretos, e o dado concreto que eu tenho hoje, que o secretário Fantinel entregou para a sociedade em janeiro: há R\$ 516 milhões. Com R\$ 100 milhões desses R\$ 500 milhões, quantas vagas nós podemos fazer de educação infantil? Pergunto à SMED, porque daí nós vamos fazer um comitê aqui de vereadores, uma comissão e vamos lá conversar com o governo: “Olha, vocês têm R\$ 516 milhões, nós temos um destino, nós temos o que foi publicizado, crianças de 4 anos, 5 anos; 6 mil pessoas precisando”. Então, para a gente poder trabalhar isso, a gente precisa saber a intenção do governo, qual é a decisão política.

Esses R\$ 500 milhões são para quê? Ele pode utilizar, como no ano passado utilizou, do dinheiro que tinha no caixa, isentou a Fraport, que é uma empresa que opera o aeroporto, em R\$ 70 milhões. Bom, ano passado teve uma decisão política, passou R\$ 100 milhões para as empresas privadas de ônibus, é uma decisão política, não estou dizendo que o transporte não merece, mas são decisões políticas. Então, existe um orçamento público em disputa, e nós aqui estamos tentando disputar esse orçamento para a educação. Quem é da educação disputa pela educação, e quem entende da importância para isso para o futuro faz essa disputa. Eu acho que é isso que nos irmana hoje.

Também agradeço enormemente o acolhimento da Defensoria Pública não só a essas demandas, mas também à saúde. Hoje as pessoas demoram dois anos para consultar uma especialidade, para começar a fazer um diagnóstico de cardiologia, de ortopedia, enfim. Esses dias, conversei com um senhor com bolsa de colostomia, há quase dois anos, aguardando uma cirurgia de reconstrução do sistema digestivo, e estava na justiça para tentar conseguir, porque o Estado não olhava para ele. Então, a gente precisa, eu acho, ver essas metas do Plano Municipal de Educação, que já passaram. Bom, já passaram, então como é que nós vamos estabelecer daqui para frente? Ano que vem, no outro e nos outros também não tem problema, a Câmara é para isso, para planejar o futuro. Nós não estamos aqui agora discutindo Plano Diretor? Nós vamos planejar os próximos dez anos. Acho que a gente também tem que fazer esse diagnóstico. Sugeriria até que nós, na Câmara, fizéssemos um seminário sobre os desafios da educação. Os vereadores todos que quiserem participar, acho que a CEFOR e a Comissão de Educação podem construir isso, trazer pessoas para falar, e as comunidades, porque eu estou sentindo uma ausência bem grande das comunidades. E está ruim essas nossas comissões, que somos só nós e as assessorias, e não é nem publicizado, fica nas notas taquigráficas, e é um debate importante. Eu acho que nós temos que ter um jeito, ou de transmitir isso, nós temos que falar com a Câmara, com a comunicação da Câmara, alguma coisa, um jeito de transmitir as reuniões da comissão ou ela voltar a ser híbrida. Qual é o problema que tem de ser híbrida? Vamos conversar com a Mesa Diretora; a híbrida estava funcionando, tinha bastante gente participando. Lá na CECE, nós

tivemos esse problema também – não é, Mauro? –, lá nós tivemos essa dificuldade.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

VEREADOR JONAS REIS (PT): Isso, porque eu acho que tem que publicizar mais todos os temas da cidade. Acho que as comissões ficam muito entre nós, muito endógeno, e a gente tem que servir mais à população, no sentido de eles acompanharem os debates, até verem as dificuldades que têm, independente da responsabilidade de um ou de outro, se é vereador, se é governo, se é Estado, enfim.

VEREADOR MAURO PINHEIRO (PL): Um bom dia a todos. Vou tentar ser um pouco mais pragmático aqui. Da educação todos nós sabemos da importância e da necessidade, acho que temos que buscar soluções, secretária. Já temos tratado do tema também na CECE, já conversamos com a secretária e acho que esse é um tema do momento da cidade, que é a falta de vagas para as crianças. Todos nós estamos muito preocupados. Eu quero parabenizar a Defensoria Pública, mas eu fico muito preocupado em ser vereador da capital, presidente da Comissão de Educação, e as pessoas me procurarem e eu, ao invés de mandar as mães procurarem a Secretaria de Educação, mandar para a Defensoria Pública. Acho que nós, aqui, temos que ter a responsabilidade de buscar solução, e não a Defensoria buscar soluções para os problemas da educação no Município. É importante que eles estão nos ajudando, mas esse não pode ser o caminho. Nós não podemos aceitar que o caminho seja a Defensoria para resolver os problemas da educação na cidade de Porto Alegre. Nós, como vereadores, e a Prefeitura temos que buscar soluções entre nós. Temos que propor aqui buscar soluções, sabemos da importância.

E aí me preocupo em saber, até pela fala do nosso amigo, secretário Mário, se o nosso problema é só de recurso, só de orçamento, ou, se tiver o orçamento, está resolvido o problema. Tendo onde botar o orçamento, vão ter as vagas? Ou nós não temos escolas suficientes, não temos vagas suficientes na cidade de

Porto Alegre? Acho que essa é a primeira pergunta. Se é só recurso ou, caso tenha recurso, não vai ter o prédio, a estrutura, os professores, porque temos que nos preocupar com isso. Daqui a pouco, a gente busca o recurso e não tem... Talvez a Secretaria da Fazenda tenha recursos, mas a secretaria não tem uma resposta tão rápida para resolver, principalmente na idade de zero a três anos, que não era obrigatório até pouco tempo. Passou a ser obrigatório agora, então a demanda vai aumentar e vai aumentar mais ainda para o próximo ano. Temos que ver quais soluções vamos tentar, emergencialmente, propor para resolver agora, e o que vamos fazer para os próximos dez anos. Acho que é o plano diretor da educação. Temos que pensar, porque essa demanda vai aumentar, antes não havia obrigação, as pessoas até nem procuravam, mas agora cada vez mais vai aumentar essa demanda. Como nós vamos resolver? Fiquei preocupado também quando se fala da terceirização, que é ruim, não dá para fazer terceirização... Certamente se tivermos que fazer concurso público e construir escolas públicas, esse orçamento não será de R\$ 84 milhões, vai ser de R\$ 500 milhões, porque sabemos que o custo acaba aumentando. Podemos até saber que é melhor, mas temos que ver como resolver, porque as conveniadas não deixam de ser uma terceirizada. Agora é muito bem organizado, e vem se organizando de ano a ano. A cada ano que passa, a gente vê uma evolução das conveniadas. Eu não tenho nada contra as terceirizadas, desde que tenham um bom contrato, uma boa fiscalização do poder público. O principal de tudo no poder público é fiscalizar. Como que vai dar a educação? Bom, vai ter uma conveniada, mas tem alguém na SMED que vai lá fiscalizar se a aula está funcionando, se a professora está em condições de dar aula, se tem munitor, se tem merenda... Essa eu acho que é a função maior da secretaria, além de passar os recursos; é fiscalizar, e ela faz isso, e a gente sabe que funciona bem.

Então, qual é o modelo que nós queremos para a cidade de Porto Alegre? O Mário está trazendo um outro modelo que tem em Belo Horizonte, São Paulo, e são parcerias público-privadas da educação. Alguém vai lá, constrói a escola, vai gerir a escola, e o município vai pagar. Eu acredito que é mais ou menos isso que tu estás propondo, Mário, é uma outra saída. Bom, mas isso também vai

levar um tempo. Então, acho que nós temos que pensar nessa parceria, se é o caminho, junto com as conveniadas, ou aumentar as conveniadas. Se tem recursos para aumentar o número de vagas nas escolas conveniadas, nas que já estão funcionando, conveniar novas. Eu sei que é difícil porque aumentou muito o número da demanda. Agora a preocupação é essa, secretário, só falta o recurso ou, caso tenha o recurso, se vão faltar vagas.

Outra questão, se não tem o recurso... porque todos nós sabemos que a responsabilidade é do Município, mas nós podemos também inserir o Estado e o governo federal, para que nos ajude com mais recursos, se a demanda aumentou. Como é que a gente pode fazer isso, secretário? Como é que nós, vereadores, podemos trabalhar em conjunto, esquecendo a ideologia ou aproveitando a ideologia, porque, se nós usarmos o governo do Estado, é um outro grupo, se for para o governo federal, é um outro grupo. Então, vamos dividir essas responsabilidades com eles, para que eles possam passar os recursos para que a gente possa atender as demandas da cidade de Porto Alegre. Acho que esse é um caminho, acho que nós temos que continuar discutindo. A nossa comissão já tem discutido, a CEFOR também está discutindo, acho que a gente pode organizar melhor, Mário, fazer reuniões conjuntas, combinados, senão nós temos reunião às 10h e às 14h. Se a CEFOR quer se somar a essa construção, por causa do orçamento, que a gente possa fazer em conjunto, para não chamar a secretária às 10h e às 14h. Senão vai faltar tempo para ela depois correr atrás do trabalho, na secretaria, desses recursos.

Acho que já me estendi demais, mas a gente sugere, então, um planejamento estratégico de como, realmente, nós, como vereadores e como as comissões, podemos ajudar a Secretaria da Educação a resolver os problemas. Muito obrigado.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Obrigado, presidente, eu estava esperando as soluções do Ver. Mauro. Difícil. Eu acho que é importante essa iniciativa de fazer a reunião conjunta das comissões, como economia também processual vale a pena. Eu estava brincando, estava esperando as soluções pragmáticas do Ver. Mauro Pinheiro, porque realmente é importante pensar

soluções emergenciais. Na verdade, eu não estou vendo. Eu vejo o governo com uma lógica com a qual eu não concordo, senão seria apoiador do governo. A questão ideológica, às vezes, apesar de nós termos diferenças, eu já escutei a Ver.^a Mari Pimentel falar algo com o qual eu concordo totalmente, e eu não acho que seja orientação do governo, por exemplo, que é priorizar a educação e priorizar a educação infantil. E aí bate com o que a Abigail falava, entre o tema das mulheres, entra o tema do futuro. Só que não é o que ocorre, a gente sabe que não é o que ocorre. Se isso fosse uma prioridade, não teriam 6 mil vagas, não teria esse déficit! Não teria, é óbvio que não teria! Como o dinheiro é finito, faltaria para outras coisas? Sim, faltaria para outras coisas, óbvio, sempre vai faltar, sempre tem uma demanda, agora, eu acho que isso seria uma medida justa. Vou dar o exemplo na Secretaria de Educação: eu não entendi até hoje, até entrei no Tribunal de Contas, estão investigando, por que fizeram um gasto de R\$ 14 milhões com *kit* tecnológico para os professores darem aula. Até agora eu não sei, e tenho relatos de que vários professores não sabem usar, não estão usando, mas são opções. Tu vais lá e gasta R\$ 14 milhões para comprar um *kit* tecnológico. São opções. Eu não acho que funcione, não acho que seja certo, assim como não acho certo, falei na tribuna, a Secretaria Municipal de Administração e Patrimônio, do André Barbosa, fazer um leilão de imóveis, e, segundo o André informou, a Zero Hora publicou, ter uma arrecadação de cerca de R\$ 12 milhões. Pois bem, a Secretaria da Fazenda fez um empréstimo internacional, vai pagar em dólar, para fazer uma reforma no prédio, que, pelo que sei, vai custar R\$ 11 milhões. São coisas que eu não entendo. Tem que ter reforma em prédio? Bem, deve ter reforma em prédio, é prédio antigo, mas são prioridades, são escolhas que se fazem, e é o governo que escolhe. Eu não sou governo, perdi a eleição, vou fazer o quê?

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Não, o Jonas ganhou; eu ganhei a nacional, eu ia falar sobre isso também, porque, na verdade, esse tema que o Mauro falava é muito importante em algum momento... Porque tem o tema

orçamentário, eu sei que tem, eu estou fazendo críticas de escolhas de gastos. Eu falei aqui já em R\$ 25 milhões, a secretária falou que o investimento em educação foi 200, eu estou falando em 10% do investido. Não sei, a pergunta do Jonas é procedente, o que isso significa em possibilidade de aumentar a oferta. Eu estive, no ano passado, visitando as escolas especiais, são duas, Lygia Morrone Averbuck e a Professor Luiz Francisco Lucena Borges, não sou especialista em educação, embora tenha aprendido muito na comissão ano passado...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Mas a Lucena é de altíssimo nível. O Ferronato estava falando, eu não pude ouvir todas as intervenções... A Lucena Borges é de altíssimo nível, essa escola era para ser propaganda da Prefeitura, eu não sei como é que a Prefeitura não faz propaganda dessa escola, não entendo, Bosco. O Melo diz que está tudo tão bom sempre. Está uma maravilha. Tem mais de 200 mil pessoas em Porto Alegre que estão em extrema pobreza, a cidade está uma maravilha, segundo o governo. Tem uma licitação de lixo que foi rompida porque não funciona, mas está tudo bom. Quando está bom, não sei por que não fazem a propaganda. Sabe por que não fazem, em última instância? Porque vai aumentar a demanda, porque tem uma carência... As escolas são boas, mas elas cobrem a metade das vagas – metade, sendo otimista, imagino que tenha muito mais. São coisas que eu não entendo. Nisso aí, Mauro, eu ia elogiar o Melo. A secretária mesmo, se fizer propaganda dessa escola, eu vou bater palmas. Eu fui lá, eu vi que é boa, eu quero mais dessas. Então, o que se faz para ter mais dessas? Agora tem a questão orçamentária, são escolhas que o governo faz, nacionalmente se mudou o governo, espero que o governo nacional... E aí, depois, na Câmara, aqueles debates que tu estavas falando, Mauro, o que nós vamos debater, eu, sinceramente, espero que o governo nacional faça uma reforma tributária onde os mais ricos paguem muito mais do que os mais pobres. Isso está por se ver. Por enquanto, o debate de reforma é só sobre reforma fiscal e é a primeira parte, não tem nenhum debate ainda da

reforma ligada ao problema da distribuição de renda, taxaço ou não, nada, não existisse esse debate no Brasil, hoje. Existe rede, como política de governo, não existe esse debate, eu quero ver como é que vão se pronunciar os vereadores, porque tem que ter dinheiro, o dinheiro não cai do céu, a riqueza tem que ser produzida, e depois tem que ser distribuída, e o Brasil tem um problema de distribuição gigantesco. Vamos ver quem vai defender o que entre os vereadores. Essa é a verdade. A gente não decide o quadro nacional? Não decidimos o quadro nacional, mas de alguma forma se influencia, por isso se faz tanto discurso na Câmara sobre isso. Eu não quero o Bolsonaro nunca mais porque foi uma tragédia. Alguém falou aqui que estão tendo que reconstruir o Ministério da Educação, e assim é em todo lado. Quem acompanha a UFRGS, agora falando da nossa universidade, sabe que a UFRGS está tendo que ser administrada pelos professores hoje em dia. É assim que a UFRGS é administrada, não tem administração. Por quê? Porque é uma herança do... E assim é, em todo lado. O País foi uma destruição em quatro anos, quarenta anos foram destruídos em quatro anos. É o oposto do Juscelino, era o 55, esse aqui levou 5 para destruir 50. Mas, enfim, já falei demais e não dei solução no sentido de que tem um governo que tem que solucionar.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Não é o problema de ser fácil, é que a crítica, Bosco, nisso aí tu tens que entender uma coisa, porque se não tu achas que a crítica é desconstrução... Sim, ela tem um elemento de desconstrução, mas o que eu vou fazer se o governo decidiu R\$ 14 milhões no *kit* tecnológico? O que eu vou fazer, se decidiram que vão fazer uma reforma do prédio e contrataram empréstimo internacional de R\$ 10 milhões?

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Tu tens o laudo de que vai cair o prédio da Secretaria da Fazenda? Pelo amor de Deus, Bosco. Claro que não! As

escolas estão caindo, a Secretaria da Fazenda não está caindo, não te preocupa com isso, porque se estiver caindo, a turma que trabalha na Secretaria da Fazenda tem muito poder no Município, muito mais que o poder dos que trabalham em educação para que eles... Se tivesse esse risco, eles estavam aqui e estavam todos os vereadores “ah, vamos lá, vamos fazer.” Não tem isso, isso é conversa, isso foi opção política, do peso que tem a Secretaria da Fazenda. Óbvio! Eu digo isso, porque isso eu não posso mudar, então, se eu não posso mudar isso, eu não posso solucionar, porque eu não sou governo, quem é da base do governo poderia ajudar mais, por sinal.

VEREADOR JOÃO BOSCO VAZ (PDT): Eu não estou te provocando, te respeito. É que, na realidade, tudo que foi dito aqui tem fundamento. Todos os vereadores falaram com fundamento, a secretária abriu o coração dela, mostrou números, déficits, tudo. Agora, o que a gente precisa, e vamos esquecer o governo que está aí, eu não acredito que um prefeito, que um governador, que um Presidente da República diga: “Olha, não vou investir em educação, eu vou investir em outra área; não vou investir em saúde, vou investir...”

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

VEREADOR JOÃO BOSCO VAZ (PDT): Não, mas todos os governos, Ver.^a Biga, e eu tenho dito aqui, quando eu faço esse pronunciamento, eu estou desde 1989 com o Ferronato aqui, fazem coisas boas e fazem coisas que não dão certo. Até o Marchezan fez uma coisa boa, que foi o pior governo que teve aqui, fez algumas coisas boas, inclusive o secretário de educação vinha todos os dias na Câmara aqui, falar conosco, explicar como funcionava. Ele tinha respeito pela Câmara. Agora, o que não dá, é que parece que nesse discurso todo, parece que tudo começou no governo Melo. Parece que tudo começou no governo Melo; outra coisa: compra de vaga. Mas eu prefiro comprar vaga do que deixar a criança na esquina, eu prefiro comprar vaga! E vou dar um exemplo da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul – UERGS. O Estado gasta milhões, e aquilo não tem ressonância nenhuma; era muito melhor o Estado ter comprado

e sorteado vagas nas principais universidades, do que fazer aquilo lá. Então, eu sou favor favorável, porque o Ver. Mauro pegou uma coisa... Quando vocês ganham a causa e não tem a vaga, como é que funciona isso? Esse é o problema; por exemplo, ganhou a causa, e o juiz despacha, concede a vaga, coloca onde? Então, o Ver. Jonas tem razão, tem que construir escolas, mas a secretária falou ali que estão reformando cinco escolas; cinco escolas não vão resolver, obviamente, mas isso aí já vêm de outros governos. E fala aqui quem é independente – eu não faço parte da base, não tem nenhum cargo na base no governo. Trabalhei lá; quando assumi mandei uma carta para Câmara, dizendo que eu não iria assumir enquanto estivesse lá, para não votar. Vocês sabem disso! Então, tudo que foi dito aqui tem fundamento, inclusive as críticas; agora, todos os governos têm dificuldade nesta área, nenhum governo resolveu o problema da Educação nessa cidade, nesse Estado e nesse País – nenhum governo. E os outros governos...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

VEREADOR JOÃO BOSCO VAZ (PDT): Só um pouquinho, depois tu fazes teu aparte antirregimental, porque tu estás na base, tu tens cargo lá e só critica, só critica. Eu, se fosse o Melo, te convidava para ser secretária, porque tu irias resolver tudo lá, tu irias resolver tudo lá... É que ninguém, Mari... Quem senta nessa cadeira da Educação, na cadeira da Saúde, isso é nevrálgico. Quantos governadores, Robaina, quando fazem um governo de coalizão, ele não fica com a Secretaria da Educação, para o outro partido. E o PDT, meu partido, já caiu nessa 200 vezes, porque tem dificuldades, tem que investir 25%, isso é constitucional. Quantos investes, secretário? Vinte e oito, e não resolve. Tem que investir 15 na Saúde, acho que investe 20 e não resolve. Isso é uma roda em volta. Então, as críticas são verdadeiras, merecidas, mas não é tudo desse governo que está aí. Em todos os governos; todos, estou dizendo, todos os governos têm problema. E o Melo não vai resolver, o próximo não vai resolver, e próximo do próximo não vai resolver. A doutora vai se aposentar, vai vir outra defensora pública, e vamos continuar fazendo as...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

VEREADOR JOÃO BOSCO VAZ (PDT): Vamos buscar juntos, porque Vossa Excelência não tem a solução; o Lula não tem a solução; ninguém tem a solução! Agora é fácil. O problema da política, muitas vezes, não sei se vocês concordam comigo, tenho dito isso. Eu, se sou convidado para ser secretário de obras não aceito porque eu não entendo de obras; se me convidarem para ser secretário da Administração, não vou aceitar porque eu não entendo de Administração. “Não, tu vais ser o procurador adjunto do Município”. Não posso porque não sou formado em direito. O problema da política é que, nas composições políticas, as pessoas que não têm condições aceitam, aceitam! Não é o caso da Educação agora, porque tem uma técnica, mas nós já tivemos políticos na Educação, inclusive do meu partido, o Vieira da Cunha foi secretário, assim como o Fortunati foi secretário. Então, quero deixar minha colaboração aqui para esse encontro com a CECE junto. Tudo o que se falou aqui, repito, tudo tem fundamento. Muito obrigado, Presidente.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Muito obrigada. vou fazer aqui minha colocação; sei que o Ver. Jonas também gostaria de ter a palavra. Primeiro, quando faço minhas colocações, nós, do partido NOVO, somos independentes, não temos um cargo no governo, com total independência nas nossas votações.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Nós não temos nenhum! Então, as minhas colocações têm como base uma vereadora que foi a mais de 100 escolas educação infantil. Então, quando vou falar de Educação, primeiro eu falo baseada em dados porque sou uma pessoa extremamente técnica em números e dados. Outra questão é que eu vou muito na ponta; então, Defensora, o que gostaria de deixar primeiro uma colocação, bem pragmática: a gente tem hoje crianças que saem, ao longo do ano acadêmico, de uma vaga judicializada para uma vaga municipal, e a gente sabe o que acontece de ruptura nessa criança,

muitas vezes em não encerrar um ciclo. E tendo em vista que temos uma demanda tão grande de judicialização, pergunto se teria como a SMED e a Defensoria firmarem um pacto, no qual, por exemplo: o Luigi, filho da Maria, que tem três 3 anos de idade, vai conseguir uma vaga em outubro, e a formatura dele seria agora em dezembro. Temos situações em que a criança é chamada para vaga na rede conveniada ou rede pública, surgiu a vaga, e ela sai dessa vaga em que ela já estava há um ou dois anos e não termina seu ciclo. E a gente sabe, principalmente quem tem filho ou já teve, ou quem acompanha a Educação, como é ruim para criança o rompimento desse vínculo. Então, eu gostaria de deixar... Como tenho falado muito, na prática, com os pais, com as mães, com as escolas, gostaria de ver se a gente tem como evoluir nessa construção juntos, SMED, Defensoria e Câmara, tendo em vista que essa criança é a próxima vaga judicializada, e não teria por que ter esse desafio emocional para ela, no meio do período letivo, sendo que a gente vai ter outra que vai judicializar e vai ganhar a próxima vaga; então, a minha questão é que a gente está enxugando gelo, criando desafios emocionais para essa criança, no que eu tenho certeza de que a gente pode evoluir. O segundo item é que a gente tem aí uma situação da compra de vagas, a gente tem o edital aberto, mas eu imagino que a gente não deva ter tantas escolas se conveniando, bem como tantas escolas com a qualidade necessária se conveniando também; primeiro, vemos que o valor ficou em R\$ 1.100,00, que é um desafio para as escolas que tem todo o credenciamento e que estão legalizadas de acordo com a Resolução nº 015, que hoje coloca cinco crianças por professor no berçário. E hoje, na rede conveniada, como é que funciona, vereadores? Se tu tens uma criança especial, essa criança especial vale por duas vagas; então, uma vaga que o secretário falou que é R\$ 1.120,00 para escola pequena, essa criança especial equivale a R\$ 2 mil. Então, a gente tem essa equiparação financeira acontecendo na rede conveniada; essa equiparação financeira acontece na nossa rede pública, mas no edital da Educação, ela não está acontecendo. Então, se eu sou a dona de uma escola privada e recebi essa vaga de uma criança especial; primeiro, vou estar recebendo-a por um valor que eu nem vou estar dando a qualidade do serviço necessário para essa criança especial. Então, a gente deve olhar para essa

situação da questão da compra de vagas para essa criança especial e pode usar o mesmo critério: uma criança especial equivale a duas vagas – pode ser esse mesmo critério, não tem que inventar a roda, eu acho que tem que usar a mesma temática. Hoje, como é que funciona, Ver. Robaina? No JA tu podes ter 22 alunos em sala, pela Resolução nº 015/2014; se tu tens uma criança especial, tu não terás 22, terás 21. Então é assim que acontece na rede conveniada, na rede pública municipal, e poderia ser uma política a ser adotada, daqui a pouco, na compra de vagas, para que a gente estimule a compra de vagas nessa política de 0 a 3 anos. Eu estou querendo trazer aqui coisas bem técnicas e temáticas para a gente conseguir fomentar. A gente sabe que a situação financeira é um desafio; para a gente conseguir ter o orçamento, muitas foram e estão sendo as decisões do governo, e a gente sabe que são de Capex, que é investimento. Há uma grande dificuldade que eu vejo é a gente, no Parlamento, entender o que é Capex, que é um investimento, e o que é o custeio. Então a gente sabe que, por exemplo, quando vem um investimento demasiado, que eu critico muito, do Chromebook, provavelmente não era um orçamento que seria para compra de vagas, mas poderia ser um orçamento para adaptar a Max Geiss, que hoje está numa escola estadual e está numa situação precária; poderia ser um orçamento para esse convênio da UNESCO, que eu sei que a secretária não estava aqui, nem o secretário Mário, mas é um item que foi firmado desde o governo Marchezan quanto a essas creches da UNESCO, poderia ter sido antecipado pela secretária anterior. Então eu digo que a gente sabe que tem situações que a gente não pode misturar. Eu sei que o Mário é economista e também estaria muito brabo comigo se eu – como agente financeira – estivesse misturando; mas eu tenho certeza que esse olhar atento, quando faz um investimento, em olhar esse investimento também para estrutura básica da educação infantil, que é diferente, tem que estar adaptada, esse é um desafio.

Por último, também, abrir o edital da rede conveniada. É que eu falo, defensora, que nós temos 14 escolas de educação infantil que estão em sedes alugadas. A nossa escola infantil no Lami, que fica bem na frente do posto de saúde do Lami – atravessa a rua, tem uma educação infantil do Lami –, é uma casinha que é tão pequeninha que o JA e o JB são mistos, o que acontece em poucas escolas

no nosso Município. Essa escola paga R\$ 2 mil de aluguel, mas ela atende 40 crianças. Então ela é uma escola que paga aluguel por uma casa; não é, daqui a pouco, a maior escola, mas ela está suprindo a necessidade do Lami pagando R\$ 2 mil de aluguel, e a gente não precisou fazer obras. A gente tem na Lomba do Pinheiro também uma escola de três andares que paga um valor maior, já está em R\$ 3,5 mil, mais ou menos, o aluguel; mas a gente consegue atender 100 crianças da Lomba do Pinheiro pelo convênio, pagando R\$ 3,5 mil de aluguel. Então eu digo que a gente deve abrir o edital da rede conveniada também, secretária, para que a rede conveniada, através das suas próprias soluções da comunidade, traga soluções para nós. Hoje a gente não tem o edital da rede conveniada aberto, não estava aberto há pouco tempo, então a gente passou esses dois anos sem deixar a rede conveniada achar as suas próprias soluções. A gente abriu oportunidade de eles aumentarem as vagas, o que foi meritório, a gente abriu quase 500 ou 600 vagas das próprias escolas que nós já tínhamos, mas a gente não abriu para novas escolas da rede conveniada. E, de vez em quando, a rede conveniada é aquela associação de pais e mães – pode ser desde a Rede Calábria até a associação de pais e mães lá de cada uma das regiões. Então eu diria isso, seriam essas as minhas propostas. Eu reforço que eu critico o governo, eu tenho interesse, realmente, que a política pública avance, e eu deixaria essas contribuições, se a gente conseguisse construir em parceria. Quem acaba sempre tendo essa situação é a criança, que é penalizada, tem a frustração do pai e da mãe. Eu parabenizo o trabalho de todos vocês; primeiro o da Defensoria, pelo grande trabalho, mas eu entendo o secretário Mário, a secretária Sônia, a PGM, estamos todos juntos nessa, e a gente vai sair juntos dessa; mas o que a gente precisa aqui é tentar evoluir pouco a pouco; por isso que eu coloco essas minhas soluções pontuais, porque eu acho que já melhora um pouquinho. Obrigada.

SRA. CAROLINE LENGLER: Bom dia a todos os senhores. Eu sou procuradora do Município. Só gostaria de esclarecer, vereadora, um ponto que a senhora levantou com relação à criança quando se contrata uma vaga privada, de ela permanecer toda a educação infantil naquela mesma escola.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SRA. CAROLINE LENGLER: Ah, só o ano letivo? Ah, tá, eu achei que era todo. Isso a gente já estabeleceu, já está estabelecido no acordo com a SMED, e isso, no Poder Judiciário, também já está sendo decidido assim pelo juiz, e a gente já não está mais recorrendo essas decisões.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Antes acontecia, né?

SRA. CAROLINE LENGLER: Acontecia. A gente já estabeleceu isso junto com a defensoria pública e nos processos judiciais agora também isso já está estabelecido.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SRA. CAROLINE LENGLER: Não, não, realmente.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SRA. CAROLINE LENGLER: Sim, sim.

SRA. JULIANA BENTO: Isso desde o ano passado já foi acordado.

SRA. CAROLINE LENGLER: A gente tinha entendido que era toda a educação infantil.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Fique à vontade.

SRA. JULIANA BENTO: Só aproveitando, vereadora, até para não fugir da pauta, até em respeito ao Ver. Robaina e a esta Casa, da qual fiz parte por quase

uma década... Claro que a questão de prioridade de orçamento a gente sabe que hoje é o grande foco das políticas públicas, em especial na prestação de serviços, que estamos todos os dias sendo demandados, e é o nosso papel. Por óbvio, 260 novos monitores em dois anos, 3 mil vagas a mais em dois anos, talvez isso não seja o ideal, ou não seja o modelo que a gente gostaria diante de um cenário realmente cada vez maior de demandas que vêm para o poder público. Quando eu falo na questão da saúde, nós tivemos os planos de saúde sendo abandonados em função da crise, e aí o SUS é sobrecarregado, temos as escolas, tudo que já foi citado. Mas eu acho importante dizer que a gente tem tentado, em diversas reuniões, diariamente, a procuradoria, como eu disse, tem se esforçado para tentar achar alternativas que respaldem o gestor também dessas decisões sobre orçamento. A gente sabe que orçamento não é tão livre quanto a sociedade pensa, a gente tem as verbas que são vinculadas, e muitas vezes – já estive aqui –, as informações não chegam de uma forma tão clara. Com relação ao prédio, secretário, para lhe esclarecer, há um equívoco na informação, é uma contrapartida do BID, é uma reforma do prédio da Siqueira Campos, do qual nós, PGM, também fazemos parte. É um prédio que não recebe reformas há 40 anos, tivemos risco de incêndio, não temos reposição da rede elétrica; não é só da Fazenda, é de vários órgãos da administração. E a opção de reforma é contrapartida do BID, conforme eu disse, e é uma situação que... Só para o senhor ter uma ideia, só a Fazenda vai economizar R\$ 4,7 milhões em quatro anos de não aluguel do prédio que está saindo. A PGM também reduziu seus espaços, então são opções, inteligentes ou não, mas nós estamos deixando prédios alugados, reformando prédios próprios, de repente a curto prazo é um investimento, mas, a longo prazo, o número de prédios que nós estamos deixando de alugar, que há muitos anos são alugados por órgãos da administração do Município, acho que vai representar um significativo avanço ao longo dos anos, e, sim, essa é uma opção de gestão, é economizar, é dar condições. Nós temos hoje, na PGM, exemplos, e eu digo que nós não podemos colocar micro-ondas para servidores que ficam, porventura, em expediente, em agendas para receber o Procurador-Geral, o prefeito, porque nós não temos capacidade da rede elétrica. Então é uma obra necessária por uma questão de

risco aos servidores, da própria população, e é uma opção de ordens do prefeito, uma orientação do prefeito de que nós, naqueles prédios locados, possamos enxugar o custo e, sim, dar melhores condições nos prédios próprios, e é o que nós estamos fazendo, essa opção de reforma dos prédios municipais.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Já que estamos falando de dinheiro, o prédio ali na entrada do túnel da Conceição foi abandonado pelo governo Marchezan, e o governo Melo continua abandonando. Nós queríamos transformar em moradia para os estudantes da UFRGS, passar o prédio para a UFRGS, não deixaram passar o prédio para a UFRGS, e o prédio foi destruído. A Prefeitura contratou uma empresa para demolir o prédio. Então vocês vejam que tem um pouco de contradição. A Escola Décio Martins Costa tem risco de incêndio. Eu não estou falando que a SMED não sabe, a SMED sabe, agora o governo escolhe onde vai fazer as reformas. Isso é um agravante que a gente não deve atenuar. Mas não queria me ater a isso, eu queria só fazer uma proposição aqui: hoje nós temos a Escola Alberto Bins, uma escola estadual desativada ao lado da escola EMEI Vila Tronco. Fica aqui a sugestão de a EMEI Vila Tronco gerir o prédio e aumentar o número de turmas, porque eu tive a informação pela Defensoria de que há uma necessidade, na Cruzeiro, de mais vagas. Isso é uma proposta de encaminhamento viável, se as partes julgarem pertinentes. A secretária falou aqui de uma espécie de convênio com o Estado, com escolas, e falou também na CECE. Aqui na frente, na Rua Washington Luiz, tem uma escola desativada, a Rio Grande do Sul, e aqui tem um déficit enorme de vagas, inclusive de muitas pessoas que trazem os seus filhos para estudar ao redor e tem que pagar. Às vezes a pessoa ganha dois mil de salário e paga 800 numa escola privada. Então aqui poderia se pensar um convênio, o Estado liberar a Escola Rio Grande do Sul – eu estive lá dentro, já visitei há dois anos, é ótima a estrutura – que está ali parada. Depois tem a Escola Olintho de Oliveira, na Rua da República, que também tem poucos alunos, poderia verificar até inclusive construir salas de aulas provisórias como essas que estão tendo em alguns lugares. Então acho que tem algumas soluções nos lugares, por exemplo, que são verticais, que tem estrutura, tem terreno baldio. Só queria reiterar que há

algumas contradições, Ver. Bosco, por exemplo, hoje tem R\$ 35 milhões no Fundo da Habitação e até agora não vi nenhum projeto de habitação de interesse social do governo. Não vi que ele vai entregar o que ele contratou. Então tem algumas contradições do governo. Não estou dizendo que o senhor está errado na sua fala, mas a gente faz a crítica e propõe uma solução. Estou propondo aqui: se tem R\$ 35 milhões no fundo de habitação, tem que ter habitação de interesse social, pois tem um déficit de 77 mil pessoas cadastradas, dado atualizado de 15 dias atrás. E tem dinheiro alocado. Então eu acho que tem alguns dinheiros que estão disponíveis. Quero, por último, para fechar, algo que é uma proposta para nós aqui, nós conversarmos com a Mesa Diretora, todos os vereadores, pois ano passado nós devolvemos R\$ 51 milhões de reais para o caixa da Prefeitura; em 2020, nós devolvemos R\$ 30 milhões de reais; em 2021, não me recordo, mas que seja destinado 20% desse valor para criar vagas na educação infantil. Um compromisso: nós vamos devolver, Melo, mas tu tens que usar 20% do valor devolvido pela Câmara de Vereadores para criar vagas de Educação Infantil. Nós já temos como fazer uma previsão até o final do ano, de mais ou menos quanto nós vamos devolver, então nós aqui fazer um compromisso, os 36 vereadores: vai chegar, Melo, para você, tantos milhões, mas 20% é lá para a SMED, vai fazer Educação Infantil. Então eu acho que a Defensoria tem que saber disso, a gente tem que chamar uma reunião com a Mesa Diretora, acho que vocês poderiam também vir aqui e pedir uma reunião com o Presidente, que é muito legal, recebe todo mundo, e vocês também fazerem essa proposta. Há uma série de entradas na Justiça, vamos encerrar um pouco isso, vamos usar o dinheiro da Câmara. Se o governo diz que tem suas prioridades, tem dificuldade, então o dinheiro da Câmara nós vamos dizer onde a gente quer gastar. Se nós não estamos gastando aqui com recurso, com a política da Câmara, nós queremos que gaste lá, com a educação. Eu acho que essa é uma proposta que não passa pelo Melo. A proposta é nossa aqui, e nós convenceremos os colegas, os pares. E não estou nem propondo a totalidade, Ver. Robaina, estou propondo 20%. Poderia ser até os 30%, como na Lei Orgânica de Porto Alegre, no art. nº 133, onde está previsto que o Município tem

que gastar 30% do Orçamento com educação. Então pode ser 30% do que a Câmara devolve, para a educação.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Só um comentário, Bosco, sobre a tua fala, pois eu acho que é importante nós termos em conta que os problemas não são do governo atual só, os problemas vêm de muito tempo. Agora nós também não podemos, e a Abigail fez uma provocação e disse “Qual é a solução?” E tu disseste: “Vamos construir juntos”. Justamente, nós não podemos, em função dessa verdade, nos tirar a responsabilidade, ao contrário de discutir agora o que a gente deve fazer. E eu me coloco numa posição de quem não tem o poder de decisão. A Câmara não é o Executivo, e são opções que o Executivo faz. Eu digo para ti: se o Executivo quisesse ter como prioridade zerar o déficit, o Executivo poderia. Iria faltar recursos para outras áreas? Bem, sempre vai faltar, mas é uma opção política, e essa opção política o governo pode fazer, não faz porque não quer! Agora, se pode estabelecer a partir daí um debate: então vai faltar em que área, e aí como é que se resolve. Mas nós estamos numa Comissão., aliás, duas comissões reunidas que podem indicar isso como uma política, e aí começar a discutir seriamente os problemas de como se pode encarar a solução disso. Quando eu critico os gastos, o que eu vou fazer, são os dados que me chegam, eu sei que teve um investimento de R\$ 14 milhões na Secretaria para comprar um *kit* tecnológico. Foi uma opção. Este recurso quer dizer o que, em termos de solução para a questão das vagas? Não resolve estruturalmente, mas são opções, e são opções que eu posso falar porque é o que eu sei. Quando tu estás governando, tu tens o detalhamento. A secretaria precisa de uma reforma. Bem, é uma opção. Eu não quero que ninguém corra risco de incêndio, nem que tenha condições de trabalho péssimas, ao contrário, tudo tem que melhorar. Mas são opções, então a gente discute em cima disso. Eu jamais faria opção para reforma. Tu falaste de contrapartida como se não tivesse que pagar. Tem que pagar, é um empréstimo internacional. Eu jamais faria empréstimo internacional para fazer uma reforma. Eu usaria até recurso próprio, não me endividaria em dólar ou Euro, não sei qual é a dívida, mas em reais não é o pagamento. São opções. Então quanto mais a

Câmara debater isso, melhor. Quanto mais a Câmara debater questões executivas, melhor, é isso que eu quero dizer, porque do contrário é muito discurso. E aí o papel é de fiscalização, é o que a gente tenta fazer, porque a gente não tem poder de Executivo, nós teríamos que mudar a legislação para a Câmara ter o poder de Executivo. Aí seria outra forma, outra estrutura de funcionamento. A Câmara seria mais útil, de uma certa forma, para ser sincero. E eu acho que a sociedade seria mais democrática embora, talvez, fosse mais difícil chegar a algumas soluções, mas, se tivesse acordo, seriam as soluções encontradas por todos, porque a Câmara representa toda a sociedade. Então eu acho que o problema nosso, nesse caso, eu vejo que é chocante que tenha um déficit tão grande – eu acho chocante. Então a gente tem que pensar o que fazer. A indicação que eu vejo é que o governo deveria dar prioridade máxima para isso. E, se a Câmara encontrasse uma solução comum nesse sentido, dando essa ideia de que isso vai zerar o que que precisa fazer. E, se Porto Alegre desse um exemplo, porque a secretária falou: Em Curitiba, são 10 mil; em Pernambuco, é mais – não me lembro de todos os dados. Mas Porto Alegre tem de dar exemplo em alguma coisa e dizer “Olha, aqui ninguém nos ganha. E é esse o caminho que nós optamos”. Bem, eu acho isso.

SR. MÁRIO DE LIMA: Quando a Ver.^a Biga traz a necessidade de governança, sim, ela é importante. Por quê? Porque, nesse momento, a gente consegue colocar os interesses, colocar as pautas que são importantes na discussão da geração de vagas para educação infantil. E a governança, já dizia o Robert Putnam, num no livro chamado Comunidade e Democracia, um estudo da Itália moderna, demonstra que o capital social, nessa construção por meio da governança gera a melhor escolha pública. Então, dessa forma, a gente consegue compreender melhor a natureza das coisas e principalmente clareza da restrição orçamentária. Já deu para ver que a oposição não consegue entende o que é clareza orçamentária. O Ver. Robaina trouxe outros dois exemplos aqui que fecharam 25 milhões, bem longe dos 85 milhões necessários. E, ao mesmo tempo, o Ver. Jonas aqui traz – o Ver. Jonas Reis, de uma semana para outra, evoluiu o bastante, defendeu os Estados Unidos, a Europa e o

superávit, então, nós estamos bem. Só que o superávit do município de Porto Alegre, dos 500 milhões, 350 milhões são do Previmpa, então, a sugestão do senhor até o dinheiro da aposentadoria dos servidores para sustentar a educação infantil em Porto Alegre? Claro que não, por quê? Porque o governo é responsável, o governo não vai fazer isso. Ao mesmo tempo, a alternativa que o vereador colocou sobre o recurso de terceiros é a PPP, funciona em BH, funciona em São Paulo. Lá eles têm um déficit bastante reduzido no que diz respeito à educação infantil, e é nesse sentido que a gente tem que trabalhar. A clareza de restrição orçamentária não diz respeito apenas à quantidade de dinheiro colocado, mas à natureza do dinheiro a ser gasto. Não adianta o Município fazer um superávit de R\$ 500 milhões se eu não posso utilizar esse recurso. Outro, é um superávit orçamentário, não significa que é dinheiro que é finanças, que é recurso disponível para esse tipo de investimento. Ao mesmo tempo, nós temos de encontrar alternativas que possam trabalhar do médio e longo prazo; no curto prazo, é impossível, porque o tempo do dinheiro diferente do tempo da construção de uma escola. O tempo do dinheiro da oferta de vagas é diferente da possibilidade da oferta de vagas. Então, mesmo que eu coloque hoje R\$ 500 milhões dificilmente nós conseguiríamos hoje acabar com déficit; é uma questão temporal, as finanças exigem a consideração da questão temporal. Então, se a gente sabe que existe um déficit elevado de educação infantil hoje em Porto Alegre, ele não vai acabar daqui a seis meses, daqui um ano; é um problema estrutural. Até porque, voltando no disse o Ver. Jonas elogiando os Estados Unidos, a estrutura tributária dos Estados Unidos é diferente da do Brasil. O recurso fica concentrado no município nos Estados Unidos; diferente do Brasil, que fica concentrado na União. No Brasil, o recurso fica concentrado na União. Isso aí está num artigo de ciência política muito famoso, que diz que o ônus é do município e o bônus é da União. Então, agora que se está discutindo uma nova reforma, quem sabe a nova reforma tributária possibilite mais recursos para o município aí, sim, que sustenta, poderia sustentar o seu discurso.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Marcelo, um comentário rápido: numa reunião eu consegui 25 milhões? Já está bom, não é? Tu estás devendo, hein?

SR. MÁRIO DE LIMA: Tem mais um detalhe, são 25 milhões de uma forma equivocada ainda por cima. E para ensinar o senhor: educação financeira básica, recurso de terceiro é mais barato do que recurso próprio.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): E olha que, se o governo não tivesse como opção atacar tanto os servidores públicos, com certeza, que o Previmpa teria muita possibilidade de negociação.

SR. MÁRIO DE LIMA: Não, isso é discurso de quem não consegue calcular um mais um.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): A Sra. Andreia Paz Rodrigues está com a palavra.

SRA. ANDREIA PAZ RODRIGUES: Só para responder a algumas perguntas que foram feitas aqui, mas, iniciando, acho que a questão é de gestão realmente, porque nós temos o orçamento público e nós temos que saber dividir para onde vai o dinheiro. Eu não sou economista, não sou gestora, então, não posso dar um pitaco nisso. Eu só teria a dizer sobre o que que está na lei. O que que está na Constituição Federal? Que a criança é prioridade absoluta, só por isso a gente já teria uma resposta para as nossas questões.

Depois nós temos o ECA, que no [Art.3º](#) fala também que, nos orçamentos públicos, a criança será prioridade também, absoluta. E nós temos o [Comentário Geral nº 19 da ONU](#), que fala na elaboração dos orçamentos públicos, que tem que priorizar a educação, tem que priorizar as crianças e adolescentes. Então são vários instrumentos públicos: convenções internacionais, Constituição Federal, leis do nosso País, que falam na prioridade da criança e do adolescente. Nós temos também a [Lei a Primeira Infância](#) que também prioriza as crianças de

zero a seis anos. Então acho que, com relação a questões de prioridade, do que é mais prioritário, nós temos que sempre observar que crianças e adolescentes são prioridade no nosso País.

Mas, falando com relação à questão de vagas, especificamente com relação às crianças de quatro a cinco anos, que foi perguntado aqui. Se todas as crianças de quatro a cinco anos teriam efetivamente vaga na educação infantil de Porto Alegre? Eu diria que essa é uma demanda que nos chega também, não é a grande demanda, a grande demanda é de zero a três anos, mas também nos chega de quatro a cinco anos por quê? Porque, muitas vezes, é ofertada uma vaga na rede pública ou conveniada para criança de quatro a cinco anos, mas a vaga ofertada fica muito distante da residência da família ou do local de trabalho dos pais, então, eles têm dificuldade de levar as crianças por que eles não têm dinheiro para pagar o transporte.

E o segundo ponto é que não há transporte escolar público para as crianças de zero a seis anos em Porto Alegre.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): É um indicativo, até já foi passado aqui nas comissões, com voto de todos os vereadores, para a gente conseguir incluir o Vão à Escola para a educação infantil, no qual teria uma carteirinha para o pai, para o responsável da criança. E até agradeço os vereadores, a gente conseguiu passar, passou na CECE ano passado; todos vereadores votaram. Daqui a pouco, pode ser uma maneira de a gente conseguir ajudar a educação infantil. Só para dizer que todos os vereadores aqui também estão juntos nessa demanda.

SRA. ANDREIA PAZ RODRIGUES Que ótima notícia, fico bem feliz com isso. Outro ponto que foi perguntado é com relação aos orçamentos que a gente encaminha, porque a gente faz o seguinte: a gente pede a vaga pública ou conveniada e, quando não há vaga pública, a nossa alternativa é a compra de vaga. Então, a compra de vaga não é o objetivo da Defensoria. A gente tem o objetivo de conseguir uma vaga na rede pública ou conveniada. Quando não há vaga, que a gente sabe que não há, já foi aqui bem explanado sobre isso, aí nós

então solicitamos a compra de uma vaga na rede particular, e nós encaminhamos os três orçamentos de escolas particulares próximas à residencial ou do local de trabalho dos pais. Sempre é indicado o orçamento de menor valor. Então encaminhamos esses orçamentos, e aí a compra da vaga é naquela escola de menor valor.

Com relação ao que foi falado aqui sobre a questão do regime de colaboração. Eu acho que esse é um ponto muito importante que a gente pode, neste momento, fazer essas parcerias do Município com o Estado, porque há muitos imóveis realmente públicos do Estado que podem ser utilizados. As próprias escolas públicas estaduais, que poderiam ser utilizadas para também colocar ali salas de educação infantil, escolas que não estão sendo utilizadas, como a EEEF Estado do Rio Grande do Sul, que foi falado aqui, foi fechada, infelizmente, pelo Estado, é uma escola aqui no Centro, é uma escola muito boa, eu visitei essa escola, tem espaço para a educação infantil, tem ginásio. Então, toda a estrutura para ter uma escola muito boa ali aliás.

Então são várias alternativas que são possíveis e viáveis, basta então que o Município e o Estado se conversem para resolver essas questões. Acho que é basicamente isso, pessoal. Obrigada.

SRA. SÔNIA MARIA OLIVEIRA DA ROSA: Já finalizando, Ver.^a Mari, só quero agradecer essa reunião. Acho que é bem importante essas discussões. Eu acho que toda a crítica é construtiva, sim, nos faz pensar e repensar o orçamento, o planejamento, acho que isso é muito benéfico, produtivo, e eu diria saudável e importante.

Dizer quando eu falo em caro, vereadora, é caro no sentido da relevância, não em caro no sentido do dispêndio financeiro, pelo contrário, todos aqui concordamos que a educação tem que se dar do zero, toda a educação básica completa, que hoje eu só citei as capitais, porque realmente não conseguem dar conta ainda, Oxalá que, bem brevemente consigamos, com políticas de regime de colaboração, concluir toda a educação básica com as crianças e adolescentes dentro da escola. Esse é o nosso desejo.

Nós falávamos aqui de ter cargo ou não do governo. Eu quero só deixar claro que eu me orgulho de não ser cargo de nenhum partido. Eu sou realmente uma técnica da educação, tenho 32 anos de trabalho, desses, 15 anos voltados à gestão pública, não por acaso estou nessa secretaria, dando o meu melhor sim, para que nós consigamos avançar.

Chego numa capital em que os nossos prédios estão extremamente depredados, com um déficit, ano passado, de 500 professores fora da escola; aliás, turmas sem professores, e com essa demanda enorme de educação infantil. O desafio de um ano de trabalho. Dizer que, nesse um ano de trabalho, nem por um momento se cruzou os braços, antes pelo contrário, desenhamos todas essas alternativas aqui que os senhores, por diversas vezes, colocaram nessa Mesa, e que já está em pauta, e que já está acontecendo. Eu mesma tive um diálogo com a secretária Raquel, que é muito aberta ao regime de colaboração, e nós já estamos organizando os técnicos do lado de cada secretaria, do lado de lá do Estado justamente para trabalhar estas escolas que vocês ressaltaram e outras tantas. Hoje nós estamos falando de Centro, mas também mais na periferia escolas estaduais que também têm espaços ociosos para essa política. Isso se faz em um ano? Não! Óbvio que não. Mas o que eu quero dizer aqui, a mensagem que eu quero deixar, é que a secretaria, em nenhum momento, está de braços cruzados. Nós estamos firmemente trabalhando com todas as propostas para que nós consigamos atingir esse objetivo.

A vereadora me perguntava: “Secretária, então traz um exemplo em que o déficit é zero.” Trago. São Paulo é uma capital de 1.500 escolas, eles trabalham com regionais, a exemplo do Estado, porque são muitas escolas. O secretário Padula, muito meu amigo, a gente troca informações a todo momento, e foi inspirado nele que eu solicitei, então... Aliás, a minha primeira reunião, quando entrei no governo, foi trabalhar, foi conversar com a secretária Ana Pellini, das parcerias, justamente por entender que a parceria público-privada tem sim, no Brasil como um todo, se demonstrando como resultado. Então, São Paulo, como o secretário Mário não só falou, mais visualizou, e Belo Horizonte, são exemplos claros disso, em que... Ver. Jonas, eu gostaria que o senhor me escutasse, isso é importante, é legal para a gente que é professor ... Quando a gente adentra numa escola,

tanto de São Paulo quanto de Belo Horizonte, os diretores e os professores estão preocupados com o quê? Com o fazer pedagógico, porque toda a questão de infraestrutura foi resolvida por uma outra questão que essa parceria dá muito certo. Então, o que que você fez lá? Nos lugares onde não se tinha escola de educação infantil nem pública e nem privada, e, dentro do público, nem estadual e nem municipal, ali se construiu uma escola, porque se tinha todo um desenho, um mapeamento para realmente dar conta dessas crianças. Hoje, o déficit dessas duas capitais enormes e zero, mas isso a gente tem que começar aqui. A gente também tem que desaferrilhar algumas questões e alguns engessamentos também, daquilo que a gente entende que muitas vezes: “Ah, o público não, ou o privado não...” Como que a gente pensa numa educação pública de território, e como que a gente alia tudo isso para que, sim, Dra. Andreia, que a gente tenha todas essas crianças dentro da escola, e que a gente entenda que a educação inclusiva não pode ser judicializada para uma criança, porque ela é inclusiva na sua essência, e foi isso que eu e os secretários das capitais fomos lutar em Brasília. Para entender, gente, uma coisa é a gente discutir educação infantil onde a procura, a demanda, é individual. Agora, a educação inclusiva, ela já está dizendo no nome, é inclusão. Daqui a pouco a gente vai ter 20 adultos dentro de uma sala de aula, e não é isso que se quer. Quando eu falava na modelagem da política, é sobre isso que eu estou falando. Então eu quero aqui agradecer e reconhecer a preocupação que é de todos nós. E, aí, Ver. Robaina, é muito boa a sua explanação, mas eu quero dizer que quando a gente faz escolhas, a gente tem a educação infantil sim, que é um problema basta sério, mas, lá no ensino fundamental, nós temos uma outra preocupação bastante importante que é a defasagem ou a recomposição das aprendizagens dessas crianças pós-pandemia. E aí eu não medi esforços para que a gente realmente pudesse fazer essa reposição, não como tradicionalmente a gente fazia, porque pós-pandemia é um outro cenário, são outras as contribuições. É pena que o senhor não esteve na reunião da CECE, porque a gente já tem resultados expressivos das escolas que estão trabalhando lá na ponta, é verdade, mas sob uma coordenação, sob uma gestão da aprendizagem, que é isso que nós estamos fazendo com o programa de

alfabetização, o Alfabetiza+POA e o programa de RecomPOA. Hoje eu estou indo a Brasília, porque Porto Alegre, por ter um programa de alfabetização que se desenvolveu do ano passado até agora, vai ser um dos dez municípios que vão contemplar a política de avaliação da alfabetização na idade certa.

Então é colocar Porto Alegre também no cenário nacional, e propor, a partir disso, nós irmos avançando, e é junto com vocês sim. A secretaria está aberta, nós estamos abertos para recebê-los, para discutirmos, porque o que todos nós queremos aqui é a melhoria da qualidade da educação. Muito obrigada.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Está encerrada a reunião. Agradeço a presença de todos. Muito obrigada pelo tempo. Nada mais havendo a tratar, encerro os trabalhos da presente reunião.

(Encerra-se a reunião às 12h10min.)

TEXTO SEM REVISÃO